

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça aguarda resposta; líder reage a Nikolas ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

Golpe nos aposentados: entenda como o INSS vai devolver o dinheiro (Fraude na Previdência)  
..... 4

G1 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Como abrir uma conta gov.br ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

O novo consignado para o setor privado: quem ganha? (Artigo) ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política para data centers prevê isenção de Imposto de Importação ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária eo paradoxo da simplificação ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

R\$ 500 milhões sonogados por empresa ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com isenção do IR até R\$ 5 mil, SP e MG lideram perdas de arrecadação ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Colheita recorde e expansão em MT fazem lucro da 3tentos crescer 23% ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Produção maior deve impulsionar resultado da Petrobras ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Magalu tem queda de 54% no lucro e fala em disciplina e foco ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
ECONOMIA

Participação do setor atacadista no mercado nacional é a maior desde 2016 - CAPITAL S/A  
..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO - BRASIL - CHINA  
ECONOMIA

Desenvolvimento, ambiente e inclusão social norteiam estratégia ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Bosch Brasil se dá bem no mundo em "modo latino" ..... 22

Sexta-Feira, 9 de Maio de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Pink Floyd em Pompeia, Tocqueville no Brasil (Artigo)** ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Congresso buscará saída para crise do INSS, afirma Hugo Motta** ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Inflação de 'porta de fábrica' recua influenciada por queda de alimentos** ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Sem rever mínimo, nova reforma da Previdência terá efeito pífilo, dizem economistas**  
..... 31

O GLOBO - RJ - ESPECIAL  
ECONOMIA

**BRASIL E CHINA AMPLIAM PARCERIA** ..... 34

O GLOBO - RJ - RIO  
ECONOMIA

**Receita perversa** ..... 37

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Desigualdade cadente - FLÁVIA OLIVEIRA** ..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Economia dos EUA vive momento crítico (Artigo)** ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

**A prudência do Banco Central (Editorial)** ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO - BRASIL - CHINA  
ECONOMIA

**Hora de avançar** ..... 43

# Justiça aguarda resposta; líder reage a Nikolas

Termina hoje o prazo fixado pela Justiça Federal para que o governo se manifeste sobre os descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do **INSS**. A decisão foi emitida pela 14ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

A medida responde a uma ação popular protocolada pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e pelo vereador curitibano Guilherme Kitler (Novo), que pedem explicações sobre o esquema de fraudes revelado na investigação da Polícia Federal e da CGU.

Segundo os autores da ação, as irregularidades provocaram um rombo mínimo de R\$ 6,3 bilhões aos cofres públicos - valor que, segundo eles, deve ser ressarcido pela União, pelo **INSS** e pelo ex-ministro. Também mencionam falta de transparência por parte do governo.

Na terça-feira, Nikolas publicou um vídeo, que se tornou viral, sobre a fraude no **INSS**, criticando o governo Lula e pressionando por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o escândalo.

A ofensiva de Nikolas foi rebatida pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). Também em vídeo postado nas redes sociais, o parlamentar apresenta outra versão dos fatos, culpando o governo Bolsonaro.

Segundo Lindbergh, foi a CGU que, ainda em 2019, notificou o **INSS** sobre fraudes em benefícios. Ele afirmou que o governo Bolsonaro não tomou providências adequadas. O deputado cita diretamente o então ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário de Previdência na ocasião, Rogério Marinho, além de Onyx Lorenzoni, também ministro da gestão anterior, como responsáveis por não terem agido diante dos alertas.

Já a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) apresentou requerimento de informações ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), cobrando explicações e providências diante das fraudes.

No documento endereçado à ministra Macaé Evaristo, Damares expressa preocupação com o silêncio da pasta. A senadora questiona quais foram as medidas

emergenciais adotadas em articulação com o **INSS** e demais órgãos competentes para identificar e prestar apoio aos beneficiários lesados. Também quer saber se a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência estão conduzindo levantamentos para dimensionar o impacto específico da fraude nesses grupos. Ao Correio, o MDHC disse que, "até o momento, não recebeu o requerimento"

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/05/09/all.pdf>

# Golpe nos aposentados: entenda como o INSS vai devolver o dinheiro (Fraude na Previdência)

**Victor Correia +**

Sob pressão, o governo federal apresentou o plano de ressarcimento para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que foram lesados por descontos ilegais no esquema de fraude bilionário investigado pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O processo de devolução terá início na próxima quarta-feira, apenas por meio dos canais oficiais do **INSS**. Os beneficiários serão informados dos descontos associativos que sofreram nas suas contas e, se não reconhecerem a autorizações para o desconto, poderão recorrer. Esse procedimento será realizado exclusivamente pelos canais oficiais do órgão.

Na próxima quarta-feira, dia 14 de maio, o **INSS** vai soltar outra informação para os beneficiários que tiveram algum desconto associativo. Ele não precisa correr para nenhum meio, ele será informado pelo canal Meu **INSS**, comunicou o presidente do **INSS**, Gilberto Waller, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. Não abram e-mail, mensagens de WhatsApp. O **INSS** não se comunica com você por nenhum outro meio que não seja o canal Meu **INSS**, alertou.

No dia seguinte, vão ser disponibilizados dois canais para que essa pessoa tenha a informação de qual associação fez o desconto, e qual foi o valor descontado: o canal Meu **INSS** e a central de atendimento 135. Única e exclusivamente, explicou o presidente do **INSS**.

O governo não sabe ao certo quantos beneficiários foram lesados pelo esquema irregular. Ontem, cerca de 27 milhões de segurados foram informados, também por meio do Meu **INSS**, de que não possuem qualquer desconto em folha de origem associativa. A partir da próxima quarta-feira, aqueles que tiveram algum desconto deverão informar se as operações foram de fato autorizadas ou se foram, em realidade, prejudicados pelas fraudes para, então, solicitar o ressarcimento.

Caso o aposentado não reconheça a associação que

fez os descontos, ele poderá contestar o pagamento pelo próprio canal. Então, o **INSS** vai acionar a associação, que terá 15 dias para comprovar ao **INSS** a legalidade do desconto e a filiação do aposentado à entidade. Se não for possível comprovar, a associação terá outros 15 dias para devolver o valor ao **INSS**, que vai repassar o dinheiro ao aposentado na própria conta da aposentadoria, em folha de pagamento suplementar.

Waller reforçou que os aposentados não precisam juntar nenhum documento nem acionar agências ou outros canais de atendimento, e que não devem responder caso sejam contatados pela associação questionada. Caberá ao **INSS** fazer a defesa dos aposentados. O pagamento, quando ocorrer, será feito junto à própria aposentadoria.

Questionado, Waller afirmou que não há previsão para o início dos pagamentos aos aposentados, mas frisou que isso será feito o mais rapidamente possível. A expectativa é de que o ressarcimento seja feito junto ao pagamento do benefício, a partir do mês de junho. Também participaram da coletiva os ministros Wolney Queiroz (Previdência), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), e Vinícius Marques de Carvalho (Controladoria-Geral da União).

O governo federal ainda não tem os dados exatos do rombo. O total dos descontos realizados entre 2019 e 2024 é de R\$ 6,3 bilhões, mas nem todos foram ilegais. Segundo Messias, o governo vai responsabilizar as associações criminosas para que elas paguem a conta, mas o ministro admitiu que, eventualmente, o rombo vá para os cofres públicos.

As medidas de ressarcimento que nós anunciamos serão primariamente pagas com este trabalho de recuperação de ativos desviados pelos fraudadores. E se, eventualmente, a União, o Tesouro Nacional tiverem que arcar com qualquer custo, isso não significa que nós não prosseguiremos com o trabalho de buscar o regresso de cada centavo utilizado para pagar os aposentados e pensionistas, enfatizou o AGU.

Uma das medidas tomadas para garantir o pagamento

foi anunciada ontem por Messias, que pediu o bloqueio de R\$ 2,56 bilhões em bens das 12 associações investigadas por corrupção. O valor corresponde ao total dos descontos realizados pelas entidades que, segundo o governo, foram criadas especificamente com o intuito de fraudar os aposentados.

Antes de devolver os valores, o governo vai esperar os pedidos de ressarcimento para saber o valor total que precisará ser pago. Caso seja necessário usar recursos públicos, cenário considerado provável, a Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, e da Gestão, que vai definir como será o pagamento. Por exemplo, se o valor será realocado de outros programas do governo, ou se será via crédito suplementar.

As denúncias de cobranças irregulares se multiplicaram nos últimos meses, trazendo preocupação para quem depende do benefício mensal para seu sustento. Segundo a advogada Carla Benedetti, mestre em direito e doutoranda pela PUC-SP, o acompanhamento atento do extrato mensal de pagamento é essencial para evitar prejuízos. Muitos beneficiários só percebem que algo está errado meses depois, quando o desconto irregular já comprometeu parte importante de sua renda, alertou a especialista.

Ela enfatizou, ainda, que qualquer desconto realizado precisa ser expressamente autorizado pelo aposentado ou pensionista. Se o valor aparece sem que a pessoa tenha dado consentimento, é considerado indevido e deve ser contestado imediatamente, explicou.

Sob pressão, o governo federal apresentou o plano de ressarcimento para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que foram lesados por descontos ilegais no esquema de fraude bilionário investigado pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O processo de devolução terá início na próxima quarta-feira, apenas por meio dos canais oficiais do **INSS**. Os beneficiários serão informados dos descontos associativos que sofreram nas suas contas e, se não reconhecerem as autorizações para o desconto, poderão recorrer. Esse procedimento será realizado exclusivamente pelos canais oficiais do órgão.

Na próxima quarta-feira, dia 14 de maio, o **INSS** vai soltar outra informação para os beneficiários que tiveram algum desconto associativo. Ele não precisa correr para nenhum meio, ele será informado pelo canal Meu **INSS**, comunicou o presidente do **INSS**,

Gilberto Waller, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. Não abram e-mail, mensagens de WhatsApp. O **INSS** não se comunica com você por nenhum outro meio que não seja o canal Meu **INSS**, alertou.

No dia seguinte, vão ser disponibilizados dois canais para que essa pessoa tenha a informação de qual associação fez o desconto, e qual foi o valor descontado: o canal Meu **INSS** e a central de atendimento 135. Única e exclusivamente, explicou o presidente do **INSS**.

O governo não sabe ao certo quantos beneficiários foram lesados pelo esquema irregular. Ontem, cerca de 27 milhões de segurados foram informados, também por meio do Meu **INSS**, de que não possuem qualquer desconto em folha de origem associativa. A partir da próxima quarta-feira, aqueles que tiveram algum desconto deverão informar se as operações foram de fato autorizadas ou se foram, em realidade, prejudicados pelas fraudes para, então, solicitar o ressarcimento.

Caso o aposentado não reconheça a associação que fez os descontos, ele poderá contestar o pagamento pelo próprio canal. Então, o **INSS** vai acionar a associação, que terá 15 dias para comprovar ao **INSS** a legalidade do desconto e a filiação do aposentado à entidade. Se não for possível comprovar, a associação terá outros 15 dias para devolver o valor ao **INSS**, que vai repassar o dinheiro ao aposentado na própria conta da aposentadoria, em folha de pagamento suplementar.

Waller reforçou que os aposentados não precisam juntar nenhum documento nem acionar agências ou outros canais de atendimento, e que não devem responder caso sejam contatados pela associação questionada. Caberá ao **INSS** fazer a defesa dos aposentados. O pagamento, quando ocorrer, será feito junto à própria aposentadoria.

Questionado, Waller afirmou que não há previsão para o início dos pagamentos aos aposentados, mas frisou que isso será feito o mais rapidamente possível. A expectativa é de que o ressarcimento seja feito junto ao pagamento do benefício, a partir do mês de junho. Também participaram da coletiva os ministros Wolney Queiroz (Previdência), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), e Vinícius Marques de Carvalho (Controladoria-Geral da União).

O governo federal ainda não tem os dados exatos do rombo. O total dos descontos realizados entre 2019 e 2024 é de R\$ 6,3 bilhões, mas nem todos foram ilegais. Segundo Messias, o governo vai responsabilizar as associações criminosas para que elas paguem a conta, mas o ministro admitiu que,

eventualmente, o rombo vá para os cofres públicos.

As medidas de ressarcimento que nós anunciamos serão primariamente pagas com este trabalho de recuperação de ativos desviados pelos fraudadores. E se, eventualmente, a União, o Tesouro Nacional tiverem que arcar com qualquer custo, isso não significa que nós não prosseguiremos com o trabalho de buscar o regresso de cada centavo utilizado para pagar os aposentados e pensionistas , enfatizou o AGU.

Uma das medidas tomadas para garantir o pagamento foi anunciada ontem por Messias, que pediu o bloqueio de R\$ 2,56 bilhões em bens das 12 associações investigadas por corrupção. O valor corresponde ao total dos descontos realizados pelas entidades que, segundo o governo, foram criadas especificamente com o intuito de fraudar os aposentados.

Antes de devolver os valores, o governo vai esperar os pedidos de ressarcimento para saber o valor total que precisará ser pago. Caso seja necessário usar recursos públicos, cenário considerado provável, a Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, e da Gestão, que vai definir como será o pagamento. Por exemplo, se o valor será realocado de outros programas do governo, ou se será via crédito suplementar.

As denúncias de cobranças irregulares se multiplicaram nos últimos meses, trazendo preocupação para quem depende do benefício mensal para seu sustento. Segundo a advogada Carla Benedetti, mestre em direito e doutoranda pela PUC-SP, o acompanhamento atento do extrato mensal de pagamento é essencial para evitar prejuízos. Muitos beneficiários só percebem que algo está errado meses depois, quando o desconto irregular já comprometeu parte importante de sua renda , alertou a especialista.

Ela enfatizou, ainda, que qualquer desconto realizado precisa ser expressamente autorizado pelo aposentado ou pensionista. Se o valor aparece sem que a pessoa tenha dado consentimento, é considerado indevido e deve ser contestado imediatamente , explicou.

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/05/7140846-entenda-como-o-inss-vai-devolver-o-dinheiro-aos-aposentados.html>**

# Como abrir uma conta gov.br

## Por Redação g1 - São Paulo

A conta gov.br serve para identificar o cidadão e dar acesso a ele aos serviços públicos digitais do governo brasileiro.

Na última versão do aplicativo, se o usuário inserir o CPF na tela inicial e for constatado que ele ainda não possui uma conta de acesso, é direcionado automaticamente para o fluxo de criação de contas.

A criação da conta gov.br é gratuita. Quem ainda não possui pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos: aplicativo gov.br, site gov.br, aplicativo Meu **INSS**, aplicativo Carteira de Trabalho Digital, aplicativo CNH Digital.

A conta gov.br tem três níveis de segurança e acesso: bronze, prata e ouro.

O nível prata é obtido por meio de: reconhecimento facial, certificado digital, token de segurança. O nível máximo de segurança pode ser através de: reconhecimento facial, certificado digital, token de segurança, senha forte.

A conta gov.br serve para identificar o cidadão e dar acesso a ele aos serviços públicos digitais do governo brasileiro, como a CNH Digital, a Carteira de Trabalho Digital e o Meu **INSS**.

Na última versão do aplicativo, se o usuário inserir o CPF na tela inicial e for constatado que ele ainda não possui uma conta de acesso, é direcionado automaticamente para o fluxo de criação de contas, unificando o acesso às plataformas.

Veja abaixo o passo a passo para abrir a conta gov.br e como aumentar o seu nível de segurança.

Passo a passo para abrir conta gov.br

A criação da conta gov.br é gratuita. Quem ainda não possui pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos:

Site de acesso: <https://sso.aceso.gov.br/Aplicativo>: link iOS ou link Android

Ao acessar o site ou o aplicativo, o usuário precisa digitar o CPF no campo indicado na tela inicial e clicar em Continuar. Se for constatado que o usuário ainda não possui uma conta de acesso, ele será direcionado

automaticamente para criá-la. Caso já tenha, o sistema pedirá uma senha. Basta clicar em Esqueci minha senha e seguir os passos para recuperá-la, se não lembrar o código. Durante a abertura da conta, o sistema pedirá que o usuário leia e aceite os termos de uso. Ele também terá que informar dados pessoais como data de nascimento e nome da mãe. Ao final do processo, será necessário criar uma senha que atenda os critérios exigidos.

Como aumentar o nível da conta gov.br?

A conta gov.br tem três níveis de segurança e acesso: bronze, prata e ouro.

Ao ser criada via formulário online do **INSS** ou da **Receita Federal**, por exemplo, a conta gov.br costuma iniciar no nível bronze, que dá acesso apenas parcial aos serviços digitais do governo e cujo grau de segurança é considerado básico.

O login nível prata ou ouro exige maior nível de segurança, como reconhecimento facial, permitindo o acesso a bancos credenciados e a serviços mais sensíveis.

Ao fazer o login no gov.br, o cidadão já é informado do nível da conta. Para aumentar o nível, basta seguir as instruções ou entrar em Privacidade/Selos de Confiabilidade.

Como obter nível prata

O nível prata é obtido por meio de:

Validação dos seus dados com usuário e senha do SIGEPE, se você for servidor público federal; Reconhecimento facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto na base da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); ou Validação dos seus dados via internet banking de um banco credenciado.

Como obter nível ouro

O nível máximo de segurança pode ser através de:

Reconhecimento facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto na base da Justiça Eleitoral (TSE); Validação dos seus dados utilizando a biometria digital cadastrada na base da Justiça Eleitoral (TSE); Validação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil; Validação dos seus dados utilizando aplicativo gov.br para ler o QR Code

da Carteira de Identidade Nacional (CIN); ou Validação dos seus dados via Certificados em Nuvem.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/09/como-abrir-uma-conta-govbr.ghtml>**

# O novo consignado para o setor privado: quem ganha? (Artigo)

*Paula Marina Sarno é ex-analista da Comissão de Valores Mobiliários, pesquisadora de Pós-Doutorado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Finde-UFF e do OSF-UFRJ. E-mail: paulasarno@id.uff.br.*

Uma análise acurada das informações acerca do crédito destinado às famílias nos últimos anos revela que para muitas delas as novas operações estão sendo utilizadas como compensação a uma renda corrente insuficiente para cobrir os gastos cotidianos. Quando isso ocorre, o pagamento das parcelas relativas ao novo crédito tende a reduzir os recursos ainda disponíveis do orçamento familiar. Neste contexto, a capacidade de pagamento das obrigações decorrentes das dívidas tende a se deteriorar rapidamente, situação em que a armadilha das dívidas se instaura.

É nesse quadro que o governo anunciou, por meio da MP 1.292 de 2025, o novo consignado para o setor privado. A possibilidade de que empregados regidos pelas regras da CLT pudessem autorizar o uso de 100% das verbas rescisórias e os recursos do seu FGTS (10%) em garantia de operações de crédito consignado já estava prevista na lei desde as modificações introduzidas em 2016, quando foi suspensa, para esse caso específico, a impenhorabilidade dos recursos do fundo. Assim, as duas grandes novidades trazidas pela MP 1.292 de 2025 são a ampliação do acesso a esse tipo de crédito para os empregados rurais, domésticos e MEI e a total reformulação em sua forma de operação.

Até então, essa forma de crédito dependia de que as empresas privadas fizessem convênios bilaterais com uma instituição financeira específica. A MP 1.292 inova ao prever o compartilhamento de informações dos potenciais tomadores entre instituições financeiras e ao determinar que toda a operacionalização dessas operações (formalização, contratação e gestão) seja feita por meio da utilização de sistemas e plataformas digitais acessíveis por meio eletrônico e mantidas por agentes operadores públicos. Nesse sentido, a carta de Exposição de Motivos que acompanha a MP enfatiza que a proposta visa modernizar o marco regulatório e alinha-se à transformação digital.

Diferentemente do previsto para os demais tipos de consignado, a regra não prevê limites às taxas de

juros cobradas e aposta na concorrência entre as instituições.

A regra prevê que nos primeiros meses as operações de crédito deverão ter seus recursos destinados exclusivamente para liquidação de parcelas vincendas ativas de empréstimos não consignados e empréstimos com descontos em folha de pagamento e nesses casos "deverá ter taxa de juros inferior à taxa de juros da operação originária".

Em geral, renegociações de dívidas ocorrem voluntariamente em ambientes de queda sustentável na taxa de juros em que o devedor procura trocar dívida antiga por uma nova em condições mais facilitadas. Como sabemos, não é essa a situação atual. Os juros estão altos e assim devem permanecer nos próximos meses. Ainda assim, a aposta do governo é a de que a migração das dívidas antigas trará alguma vantagem de custo ao devedor.

Essa migração de dívidas, estimulada pela nova regra, abarca um mercado potencial bem significativo. Em dezembro de 2024, o saldo do crédito pessoal não consignado incluindo o vinculado à composição de dívidas totalizou mais de R\$ 400 bilhões enquanto o consignado do setor privado no modelo antigo chegou a R\$ 39,7 bilhões.

Para o sistema financeiro, essa migração representa uma redução de risco, à medida que aumenta a participação do crédito com garantia. Desde 2021, esse crédito vinha perdendo participação, devido à desaceleração dos consignados para **servidores públicos** e aposentados, bem como à queda dos financiamentos de bens, geralmente atrelados ao ciclo econômico.

No debate público, tem-se defendido que a substituição de crédito sem garantia por crédito com garantia implicaria naturalmente numa vantagem para as famílias na forma de taxas de juros menores. Até aqui, nada de novo. Como nos esclarecem os manuais de finanças, o menor risco para a instituição credora deve ser compensado com menores juros para o devedor. No entanto, essa afirmação pouco informa sobre a efetividade da nova política. A questão central é se os juros efetivamente cobrados refletirão de forma justa a magnitude da garantia oferecida pelo trabalhador - que não é desprezível: 100% da multa

rescisória e 10% do saldo do FGTS, ambos originalmente destinados à proteção em caso de demissão.

Até o momento, não é possível afirmar que os trabalhadores serão devidamente compensados por essa concessão. Primeiro, porque não há teto para as taxas de juros aplicadas na nova modalidade. No caso da substituição de dívidas, a exigência de que os juros sejam "inferiores aos da operação original" é vaga e insuficiente para aliviar o orçamento dos endividados, no contexto de uma política monetária que segue em trajetória restritiva, ou seja, um ambiente pouco propício à substituição vantajosa de dívidas.

Por fim, o histórico do setor bancário mostra uma tendência à cobrança de juros elevados mesmo em operações de baixo risco, como ocorre nas demais modalidades de crédito consignado. Isso fragiliza a expectativa de que a concorrência, por si só, leve à redução das taxas no novo modelo.

Para além dessas incertezas, a nova regulamentação facilita a concessão de novos empréstimos em níveis inéditos, o que também pode trazer repercussões preocupantes. Ao permitir elevar o comprometimento da renda das famílias com dívidas no limite até a margem de consignação - atualmente em 40%, pode reduzir ainda mais os recursos que dispõem as famílias mais vulneráveis para sua sobrevivência. Além disso, esse comprometimento pode empurrá-las para créditos mais caros, reacendendo o ciclo da inadimplência no médio e longo prazo.

Dessa forma, entendemos que a estratégia mais segura para reduzir a fragilidade financeira das famílias passa por aprofundar a recuperação da renda e do emprego, ao lado da reversão da política monetária restritiva. Diante do atual nível de endividamento, é improvável que o crédito, por si só, consiga atuar como indutor consistente da atividade econômica sem essas condições estruturais.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Política para data centers prevê isenção de Imposto de Importação

A nova política nacional de data centers isentará do Imposto de Importação a compra de bens que não tenham produção similar no Brasil. No caso dos bens que já são produzidos no país, o Imposto de Importação continuará valendo, como forma de "fortalecer a cadeia produtiva nacional", um dos principais objetivos dessa política. As novas regras para o setor também exigirão contrapartidas das empresas, como investimentos em energia limpa, já que data centers são grandes consumidores de eletricidade. As afirmações foram feitas pelo secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) Wallace Moreira em entrevista ao Valor.

"Os data centers por si só não geram muito emprego, por isso é muito importante pensar na cadeia produtiva como um todo", diz o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços da pasta.

Uma das prioridades econômicas do governo federal para este ano, a nova política de data centers foi coordenada pela Casa Civil, com participação dos ministérios da Fazenda, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, da Ciência, Tecnologia e Inovação e de Minas e Energia, além do próprio Mdic e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O objetivo, segundo o secretário do Mdic, é aproveitar características do Brasil, como matriz energética mais limpa do que a média dos demais países, localização geográfica e postura multilateral no cenário internacional, para atrair data centers.

"Mas a carga tributária elevada é uma desvantagem", reconhece.

Por isso, como revelou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no começo da semana, a principal medida será isentar dos **impostos** federais investimentos realizados pelo setor em bens de capitais, assim como as exportações dos serviços prestados pelos data centers.

Segundo o secretário do Mdic, 85% dos gastos realizados por data centers vão justamente para investimentos.

Haddad descreveu a medida como uma "antecipação

da **reforma tributária**" sobre consumo para o setor. O Ministério da Fazenda, ainda calcula o impacto fiscal da isenção de **impostos** federais, mas projeta que será possível gerar R\$ 2 trilhões em investimentos, tanto do próprio setor quanto ligados a ele, ao longo dos próximos dez anos. Haddad esteve nos últimos dias nos Estados Unidos para divulgar o programa e visitar empresas de tecnologia, como Nvidia e Google. A tendência é que seja publicada uma medida provisória (MP) com as mudanças nos próximos dias.

Fazenda prevê geração de R\$ 2 tri em investimentos em 10 anos, do setor e áreas ligadas

Moreira afirma que a política também buscará reforçar a "soberania digital" do Brasil, já que 60% dos serviços prestados pelos data centers no país têm origem nos Estados Unidos. "Qualquer crise da economia de dados deixaria a economia brasileira exposta", diz.

Além disso, a importação desses serviços gera um déficit anual que varia de US\$ 6 bilhões a US\$ 8 bilhões, o que representa "uma vulnerabilidade para o balanço de pagamentos" brasileiro. Ele diz ainda que a ideia é usar os data centers para "a disseminação" e o fortalecimento da produção nacional de outras tecnologias avançadas, como a inteligência artificial.

De acordo com o secretário, as empresas do setor "normalmente têm capital próprio" para realizar os investimentos necessários. Mas, se houver necessidade, a linha de crédito de R\$ 2 bilhões para datacenters aberta no ano passado pelo (BNDES) poderá ser ampliada.

"Dependerá muito da demanda", diz Moreira.

Paralelamente à nova política para data centers, está em tramitação no Congresso Nacional um marco legal para o setor, que tem maior foco em questões como direitos e propriedade intelectual. De acordo com o secretário do Mdic, a nova política e o novo marco legal têm características complementares.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188188?>

# A reforma tributária e o paradoxo da simplificação

Com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, o artigo 145 da

Constituição Federal (CF/88) passou a contar com um novo parágrafo - o 3º - que introduziu, entre outros, o princípio da simplicidade tributária. O dispositivo determina: "A lei buscará, sempre que possível, conferir simplicidade, transparência, justiça tributária, com respeito à capacidade contributiva, e harmonização com as normas dos entes federativos".

Trata-se de um avanço normativo relevante. A simplicidade, agora constitucionalizada, vincula o legislador à construção de um sistema menos burocrático, mais previsível e acessível. Ela se conecta à eficiência administrativa, à redução de litígios, à segurança jurídica e à diminuição dos custos de conformidade. O desafio, porém, está em tornar esse ideal, posto como regra jurídica, realidade concreta, sem que a promessa se dissolva na complexidade da transição.

A mesma emenda que consagrou o princípio promoveu uma das mais profundas reformulações já realizadas na tributação do consumo. A substituição de cinco **tributos** -ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI - por

dois novos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), visa à modernização e racionalização do modelo brasileiro.

No plano institucional, a proposta é clara: unificar bases, eliminar cumulatividade e harmonizar competências. Mas, na transição, o que se impõe é o oposto: aumento da complexidade, crescimento da incerteza e sobreposição de obrigações.

Recentemente, numa reunião com um grupo empresarial multinacional que fatura mais de R\$ 15 bilhões no Brasil, ouvi uma pergunta que sintetiza bem a inquietação do mercado: "Marcelo, temos muito dinheiro investido no Brasil. Queremos continuar investindo aqui. Esta é uma das maiores economias do mundo. Adoramos o Brasil, mas queremos sua opinião sincera. Você acha que, de fato, essa reforma vai trazer simplificação? Porque, veja, meu departamento tributário está tendo que aumentar o número de funcionários-algo em torno de 20%. E meu gerente diz que esse número pode crescer ainda mais. Onde está a simplificação?" Minha resposta foi direta:

a simplificação é uma promessa para 2033. Até lá, vai piorar bastante antes de melhorar.

A transição prevista se estende por quase uma década. Nesse período, empresas operarão sob dois regimes simultaneamente. Isso implica: (i) aumento dos custos de conformidade, com obrigações acessórias duplicadas; (ii) crescimento das equipes fiscais, como já se observa em grandes grupos; (iii) e elevação do risco jurídico, diante da convivência de normas novas com jurisprudência consolidada sob o modelo anterior.

Além disso, o investimento em capacitação tornou-se inadiável. Empresas de todos os portes vêm se mobilizando em cursos, seminários, consultorias especializadas e plataformas digitais. Editoras jurídicas relatam forte demanda por obras voltadas ao novo sistema. Há uma corrida técnica por compreensão e preparo.

O treinamento contínuo das equipes passou a ser essencial, inclusive com a criação de núcleos internos de estudo. Trata-se de uma necessidade concreta e urgente, que já impacta os orçamentos corporativos e redefine as prioridades do planejamento empresarial.

Outro ponto crítico é a possibilidade, autorizada pela própria Lei Complementar (LC) nº 214/2025, de que Estados e municípios fixem alíquotas distintas do novo IVA, comprometendo a prometida uniformidade. A manutenção de regimes favorecidos, exceções setoriais e calibrações progressivas durante a transição contribui para um ambiente normativo fragmentado e instável.

A neutralidade, por sua vez, poderá ser relativizada por pressões políticas e interesses setoriais, sobretudo nos anos iniciais de vigência. O resultado pode ser um sistema formalmente novo, mas materialmente tão ou mais intrincado que o anterior.

Assim, a simplificação não é um mito-mas tampouco é imediata. Seu alcance depende de um conjunto de implementações normativas, tecnológicas e operacionais que só devem se consolidar ao final do processo. Até lá, enfrentaremos: mais obrigações simultâneas, mais investimento em sistemas, treinamento e consultorias e mais insegurança jurídica, sobretudo para grupos com estruturas complexas e

atuação nacional.

Setores como a indústria, o agronegócio e a energia - com cadeias produtivas longas e operações interestaduais - tendem a ser os mais impactados por essa sobreposição normativa.

O cenário exigirá mais que técnica. Exigirá planejamento, inteligência regulatória, articulação entre áreas fiscal, jurídica e contábil e, sobretudo, resiliência institucional, visão estratégica e capacidade de adaptação contínua.

A **reforma tributária** deixou de ser apenas uma proposta: tornou-se realidade normativa. Mas a travessia até um sistema mais racional será tudo, menos simples. A complexidade aumentará, os custos crescerão e a insegurança será parte inevitável do percurso.

Diante disso, a resposta ao executivo ganha ainda mais peso: sim, haverá simplificação - mas só depois de vencida uma fase de profunda complexidade e transformação institucional.

Investir agora em capacitação técnica, planejamento estratégico e atualização permanente não é mais um diferencial - é uma exigência elementar de sobrevivência no Brasil que estamos redesenhando, passo a passo, com alto custo, alto risco e, espera-se, alto retorno.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# R\$ 500 milhões sonegados por empresa

Uma empresa de embalagens plásticas do Distrito Federal foi alvo de uma operação da PCDF por suspeita de movimentar cerca de R\$ 500 milhões desde 2018 - ano de fundação - sem recolher **impostos**. A ação foi desencadeada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT/Decor), em conjunto com a Subsecretaria da Receita do DF (Surec/Seec).

As investigações apontaram que a empresa investigada agia como uma "noteira", criada para emitir notas falsas e gerar crédito tributário fraudulento para outras empresas. A polícia constatou que as empresas beneficiadas com o "crédito podre" também são do ramo da indústria de embalagens plásticas, sediadas em São Paulo, e tinham como sócios ou representantes os mesmos da empresa inicialmente investigada pela PCDF.

O delegado Gabriel Oliveira, responsável pelas investigações, deu mais detalhes sobre a operação. "Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão na residência de sócios, entidades e pessoas vinculadas a uma empresa sediada no Distrito Federal, identificada como 'noteira', que é caracterizada por simular vendas e emitir notas fiscais falsas para que outras empresas sejam beneficiadas com o abatimento de taxas", esclarece. As ordens judiciais foram cumpridas nas cidades de Florianópolis (SC), Campinas, Jaguariúna e Suzano (SP).

Como forma de reaver parte do prejuízo causado aos cofres públicos, bem como descapitalizar o grupo criminoso, foi judicialmente determinado o sequestro de cerca de R\$ 47 milhões, culminando no bloqueio de 41 veículos e 32 imóveis, incluindo um complexo industrial de fabricação de embalagens plásticas em Jaguariúna (SP).

Os investigados podem responder por sonegação fiscal, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro. (DD)

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/05/09/all.pdf>**

# Com isenção do IR até R\$ 5 mil, SP e MG lideram perdas de arrecadação

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

A proposta de isentar o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil deverá provocar perda de arrecadação de Estados e municípios e os mais afetados serão São Paulo e Minas Gerais.

Estudo elaborado pela Comissão de Orçamento e Finanças (Conof) da Câmara dos Deputados estima que a perda líquida para o Estado de São Paulo será de R\$ 656 milhões por ano. Em seguida vêm Minas, com perda de R\$ 591 milhões, e Rio Grande do Sul, com R\$ 547 milhões.

O cálculo considera o quanto os entes da Federação perderão em receita própria com a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil e com a redução para quem recebe até R\$ 7 mil.

A proposta foi feita pelo governo federal e começou a tramitar formalmente na terça-feira na Câmara, com a designação de Arthur Lira (Progressistas-AL) como relator do texto.

Para compensar a perda de arrecadação, o governo propôs tributar de forma adicional quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais e atualmente não recolhe a alíquota mínima para a sua faixa de renda.

A taxação é crescente e chega a 10% sobre quem ganha a partir de R\$ 100 mil mensais.

A perda dos Estados e municípios ocorre porque o IR retido na fonte sobre os salários dos servidores vira receita própria desses entes.

Com a isenção, essa receita vai desaparecer.

Quando apresentou a proposta, a equipe econômica alegou que o ganho de renda obtido por esses trabalhadores ampliará o poder de compra e, com isso, a arrecadação de outros **tributos** recolhidos pelos Estados e municípios.

Além disso, a compensação com o tributo sobre a alta renda aumentará a receita da União, que por sua vez ampliará a transferência aos entes por meio dos fundos de participação. |

**Site:** [digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo](http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo)

# Colheita recorde e expansão em MT fazem lucro da 3tentos crescer 23%

**Fernanda Pressinott De São Paulo**

A colheita recorde e a expansão das operações em Mato Grosso engordaram os resultados da 3tentos no primeiro trimestre do ano. A empresa teve lucro líquido de R\$ 192,4 milhões no período, 23% acima de igual intervalo de 2024. A receita, por sua vez, cresceu 30,6%, para R\$ 3,5 bilhões, conforme balanço divulgado ontem.

Segundo João Marcelo Dumoncel, que assumiu o comando executivo da empresa no lugar de Luiz Osório Dumoncel, seu irmão, em abril, o aumento do volume de grãos originados foi o principal motor da elevação dos ganhos. "Tivemos aumento nas operações de trading e no volume disponível para industrialização", afirmou ao Valor.

Com a supersafra de soja em Mato Grosso, o volume de comercialização da 3tentos cresceu 192% no primeiro trimestre e chegou a 239,3 mil toneladas. No Rio Grande do Sul, o destaque foi a comercialização de trigo, que aumentou 26%, para 273,9 mil toneladas. Com isso, a receita líquida do segmento de grãos subiu 87,2% em relação aos três primeiros meses de 2024, para R\$ 1,05 bilhão.

O maior volume disponível de grãos e a expansão da capacidade fabril da empresa também permitiram um aumento da receita com indústria, que cresceu 20,2% e chegou a R\$ 1,8 bilhão. Segundo Dumoncel, o farelo de soja teve demanda aquecida e cerca de 80% da produção foi destinada à exportação. Toda a produção de óleo de so-

ja foi convertida em biodiesel.

As boas margens operacionais da indústria também impulsionaram o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado da empresa, que dobrou na comparação anual, para R\$ 288,9 milhões.

Dumoncel também destacou que a logística eficiente, com escoamento ferroviário da safra tanto no Rio Grande do Sul quanto em Mato Grosso, contribuiu para a margem industrial.

Entre os segmentos de atuação, a menor expansão da 3tentos foi em insumos, com alta anual de 4,2% e R\$

626,5 milhões de receita.

A companhia mantém seu plano de expansão com a construção da primeira planta de etanol de milho em Porto Alegre do Norte (MT), prevista para entrar em operação em 2026. Também dentro do previsto, segue investindo na expansão orgânica da rede de lojas, que hoje tem 71 unidades-59 no RS e 12 no MT. O plano divulgado é

atingir 100 lojas até 2030.

Dumoncel também destacou que a alavancagem da empresa se mantém controlada, mesmo com os investimentos em curso. Encerrou o trimestre em 0,29 vez a dívida líquida/Ebitda, abaixo do 0,5 vez do primeiro trimestre de 2024. "Mesmo com juros altos, seguimos desalavancados, fruto da forte geração de caixa", disse o CEO.

No primeiro trimestre, a Tentos-Cap, braço financeiro da companhia recebeu autorização do Banco Central para oferecer crédito rural com recursos oficiais, além de financiamento direto de insumos e capital de giro. "Dávamos financiamento direto, mas agora, com os recursos oficiais, devemos ampliar o financiamento de insumos para os produtores. Também vamos ampliar a atuação com seguros agrícolas", afirmou Dumoncel.

Com presença consolidada no Sul e no Centro-Oeste, a empresa afirma que avalia novas geografias para o longo prazo, mas sem pressa.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Produção maior deve impulsionar resultado da Petrobras

**Rafael Rosas Do Rio**

O aumento da produção de óleo e gás nos três primeiros meses do ano deve levar a Petrobras a registrar resultados melhores frente aos obtidos em igual período do ano passado. Estimativas compiladas pelo Valor junto a três bancos e corretoras apontam para lucro líquido médio de R\$ 34,9 bilhões, receita líquida de R\$ 130 bilhões e lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de R\$ 64,3 bilhões. Caso se confirmem, as estimativas vão significar aumentos de 47,25% no lucro, de 10,47% na receita e de 7,16% no Ebitda. O resultado será conhecido na segunda-feira (12) depois do fechamento do mercado.

O Valor colheu previsões da Ativa Investimentos, BTG Pactual e UBS BB. O lucro líquido variou dos R\$ 24,7 bilhões da Ativa aos R\$ 41,3 bilhões do BTG, enquanto a receita ficou entre os R\$ 121,2 bilhões da Ativa e os R\$ 137,3 bilhões do BTG. As projeções de Ebitda foram dos R\$ 60,7 bilhões da Ativa aos R\$ 67,2 bilhões do BTG.

No primeiro trimestre, a estatal produziu 2,77 milhões de barris de óleo equivalente, 5,4% a mais que no primeiro trimestre de 2024.

O BTG Pactual, em relatório assinado pelos analistas Luiz Carvalho, Pedro Soares e Henrique Pérez, ressaltou que, após reação negativa no quarto trimestre, principalmente devido ao aumento dos investimentos, o foco dos investidores permanecerá na evolução desses aportes. Segundo os analistas, o eventual crescimento do "capex" poderia comprometer futuros pagamentos aos acionistas.

De acordo com o relatório, investimentos menores e uma produção maior deverão ser chave para uma recuperação das ações da companhia. Os analistas do BTG ressaltaram ainda que a empresa deve se beneficiar, no primeiro trimestre do ano, de melhores margens de refino, além de custos menores das unidades de produção devido ao avanço operacional e a menores paradas de manutenção.

Relatório do UBS BB assinado por Matheus Enfeldt, Tasso Vasconcelos e Victor Modanese aponta que "a grande pergunta que temos para o trimestre é o capex". "A grande discussão em tese é como o caixa

de investimentos vai afetar as expectativas de dividendos", diz o relatório. Acrescenta que os resultados do primeiro trimestre de 2025 têm um risco particular, dado o carregamento dos investimentos feitos no quarto trimestre de 2024.

O Santander, em relatório assinado por Rodrigo Almeida e Eduardo Muniz, aponta que a expectativa de avanço do Ebitda é baseada no aumento da produção e na queda do custo de extração, nas maiores margens de refino. Por outro lado, é esperado um resultado mais fraco no segmento de gás e energia, com um impacto negativo de US\$ 283 milhões devido ao acordo com a EIG Energy. Em março, a petroleira brasileira fechou acordo para pagar US\$ 283 milhões e encerrar processo, sem admissão de culpa, movido pela companhia americana, que alegava prejuízos com investimentos no FIP Sondas, da Sete Brasil, companhia que entrou em recuperação judicial depois que a estatal cancelou a compra de sondas de exploração.

O banco espanhol divulgou estimativas em dólar para os resultados da Petrobras no primeiro trimestre. A expectativa do banco para o lucro líquido é de US\$ 5,393 bilhões, 12% a mais que nos três primeiros meses do ano passado. Em dólares, as estimativas para receita líquida e Ebitda ajustado foram de US\$ 20,621 bilhões e de US\$ 11,359 bilhões, respectivamente, quedas de 13% e de 9% frente ao primeiro trimestre de 2024.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Magalu tem queda de 54% no lucro e fala em disciplina e foco

**Adriana Mattos São Paulo**

Num ambiente de consumo pressionado por juros, o Magazine Luiza praticamente não cresceu em vendas totais de janeiro a março, algo que ocorre pela primeira vez, para este período, desde que o grupo passou a publicar a informação consolidada, em 2018. Ainda teve menor diluição de despesas frente à receita, e pior resultado financeiro, pelo efeito da alta nas taxa de juros.

Nesse cenário, o lucro líquido contábil caiu 54,3%, para R\$ 12,8 milhões - o valor ajustado recuou 62,5%, para R\$ 11,2 milhões. Lucro líquido ajustado e receita líquida ficaram abaixo do consenso de mercado, e o Ebitda, que mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação, ficou acima.

A varejista fechou o trimestre no azul após melhora no Ebitda, de 11% com ajuda de sua financeira Luizacred, e porque seus custos com produtos vendidos cresceram menos que a receita, e isso ajudou na margem bruta, e com impacto em outras linhas.

Esse índice atingiu 30,6% de janeiro a março, alta de 0,7 ponto percentual frente a 2024, em parte porque o Magalu manteve a estratégia, que já vem de alguns trimestres, de não trocar rentabilidade por mais venda. E nesse segmento, altamente dependente de crédito, hoje mais restrito, é preciso fazer escolhas.

A margem tem vindo, em parte, do crescimento da receita de serviços, como comissão com o "marketplace", publicidade digital e venda de seguros, que ajudaram a compensar parte do efeito da escalada da taxa Selic.

Em sua mensagem no material de resultados, a diretoria fala que, pelo atual cenário macroeconômico, ainda é preciso "disciplina e foco", mas que houve efeito de seu modelo de negócio no resultado final e nas margens.

O executivo Roberto Bellissimo Rodrigues, diretor executivo financeiro e de relações com investidores, disse em entrevista ontem que o mercado de bens duráveis anda devagar, e mesmo assim, a empresa focou no repasse dos juros mais altos ao consumidor (ela já havia feito isso quando mudou uma regra do 1CMS em 2023) sem que a venda caísse.

"Não vamos voltar a crescer fazendo um 'trade-off [entre receita e margem] num ambiente com juros a quase 15% ao ano. Isso não compensa. Nós ainda esperamos acelerar um pouco as vendas no ano de forma sustentável e com investimentos em ações que tragam rentabilidade e crescimento", diz.

Perguntado sobre o fôlego desse modelo, caso as vendas passem a desacelerar mais, Bellissimo cita estratégias em andamento que tendem a melhorar o resultado. Fala no lançamento neste ano de novos serviços financeiros, como empréstimos e opções de investimento de clientes em CDB - segmento com competição em alta - por meio de nova financeira já anunciada.

Menciona ainda ações para tentar aumentar a venda de serviços de armazenagem e entrega ("fulfillment") aos lojistas do marketplace, que geram melhor rentabilidade

Pelo balanço, o grupo perdeu vendas no on-line de janeiro a março, com recuo de 2,3% frente ao ano anterior. Tanto a receita da empresa quanto de lojistas terceiros (analistas esperavam melhora nesta linha) caíram no digital, num ambiente de menor confiança do consumidor e sinais de manutenção de ambiente competitivo.

Porém, o grupo cresceu 6,2% em lojas físicas, mas esse aumento não foi capaz de acelerar tanto a venda total. No trimestre, ao considerar on-line (estoque próprio e de terceiros) e as lojas, a venda geral avançou 0,2%, para R\$ 16,1 bilhões.

As lojas mais antigas do grupo, com mais de 12 meses de operação, cresceram 7,1% de janeiro a março.

Houve alta de 0,9% na receita bruta, para R\$ 11,6 bilhões (venda de serviços cresce mais, 2%, mas mercadorias sobe 0,8%). E o peso das despesas operacionais sobre a receita subiu de 22,5% para 23% - apesar da alta, a rede diz estar em linha com trimestres anteriores.

Pelo consenso de mercado, se projetava lucro líquido e receita líquida maiores, de R\$ 34 milhões e de R\$ 9,6 bilhões, respectivamente, e ebitda de R\$ 728 milhões, abaixo dos R\$ 759 milhões registrados.

No braço financeiro, as despesas responderam por 5,2% da receita líquida, alta de 0,9 ponto por causa da curva de juros.

Pelo lado do caixa, o Magalu conseguiu consumir menos frente a 2024 - isso historicamente acelera no primeiro trimestre. É algo que refletiu uma monetização de **impostos** no resultado e reduziu estoques, compensando parcialmente o volume de pagamentos aos fornecedores.

"A gente deve continuar com a otimização dos estoques e monetização para melhorar a geração de caixa em 2025", disse Bellissimo.

Ao final do primeiro trimestre, a posição total de caixa alcançou R\$ 6,7 bilhões - menos que os R\$ 9 bilhões de um ano atrás por causa do pagamento de dívidas.

"Achamos que juro deve estabilizar, e com melhoria de capital de giro e normalização de pagamentos a fornecedores no resto do ano, a despesa financeira pode cair e o lucro deve se converter em mais caixa", afirmou o diretor.

Em abril, houve duas transações para melhorar estrutura de capital e liquidez: a 13- emissão de debêntures, em R\$ 1 bilhão, e prazo de cinco anos; e o financiamento com a International Finance Corporation (IFC), de US\$ 130 milhões, que vai para investimentos em tecnologia.

Sobre endividamento, eram R\$ 4,6 bilhões em dívida bruta, e ao se descontar caixa, aplicações e recebíveis, sobra caixa líquido de R\$ 2,1 bilhões. Um ano atrás, esse caixa final era de R\$ 2,4 bilhões.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Participação do setor atacadista no mercado nacional é a maior desde 2016 - CAPITAL S/A

**SAMANTA SALLUM**

O mercado atacadista distribuidor brasileiro fechou 2024 com um faturamento de R\$ 443,4 bilhões, segundo o Ranking Abad NielsenIQ 2025 - Ano Base 2024, número que corresponde a um crescimento nominal de +9,8% do Canal Indireto no ano passado. Quando descontada a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o crescimento real foi de +4,97%. Dessa forma, o setor elevou de 52,5%, em 2023, para 53,7%, em 2024, sua participação no mercado mercearil nacional, o melhor resultado desde 2016. Vale destacar que o consumo mercearil cresceu 7,4% no período e alcançou R\$ 825,7 bilhões. O estudo é realizado pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), em parceria com a consultoria NielsenIQ.

Modernização do pequeno varejo Segundo Severini, o compromisso agora é impulsionar a digitalização também do pequeno e médio varejo, tradicionalmente atendido pelo setor. "Esse varejo é essencial para as comunidades locais, e o atacado distribuidor está preparado para liderar sua modernização", reforça.

Crescimento Em sua maioria, essas empresas projetam crescimento e planejam ampliar a base de clientes, o volume de vendas, a equipe de colaboradores e os investimentos em tecnologia voltada à gestão e à área comercial.

Distribuição regional A região Nordeste lidera em número de participantes no estudo, com 299 empresas (39,2%), seguida pelo Sul (137 empresas; 18%), Sudeste (136; 17,8%), Norte (101; 13,2%) e Centro-Oeste (88; 11,5%).

Lojas de conveniência Leonardo Miguel Severini, presidente da Abad e da Unecs, aponta que o setor "vem se transformando digitalmente". Ele reforça que o canal da conveniência tende a se perpetuar, dadas as características geográficas e populacionais do país.

Empresa do DF entre as maiores O estudo contou com a participação de 761 empresas que, juntas, faturaram R\$ 277 bilhões em 2024 (R\$ 202 bilhões sem o Atacadão) - uma amostra que representa

33,55% do faturamento total do setor. O Dia a Dia do Distrito Federal aparece no ranking como a quarta maior empresa do setor no país (veja quadro).

Casa de Chá bate recorde de público Localizado na Praça dos Três Poderes, o caféscola Senac Casa de Chá alcançou a marca de 130 mil visitantes em apenas 10 meses de funcionamento.

Só em abril, o espaço bateu recorde de público, com 15.639 atendimentos, o maior número registrado em um único mês desde a inauguração. Para o diretor regional do Senac-DF, Vitor Corrêa, os resultados mostram o impacto positivo da iniciativa. "O espaço é mais do que um ponto turístico gastronômico, é um espaço de formação profissional, inclusão e valorização de Brasília", destaca. "Esses números refletem o carinho do público e o compromisso dos nossos alunos e professores com a qualidade do atendimento", complementa.

Causa animal ganha a primeira agenda legislativa As organizações não governamentais Proteção Animal Mundial, Alianima e o Subgrupo de Direitos dos Animais da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) lançaram, na Câmara dos Deputados, a Agenda Legislativa Animal 2025. Atualmente, existem mais de 350 proposições legislativas, em diferentes etapas de tramitação, sobre bem-estar animal. Desse total, o documento, que é uma iniciativa inédita, lista 12 que são consideradas pelos representantes de 13 ONGs que atuam na causa animal como prioritárias.

Passagens de fauna A gerente de políticas públicas da Proteção Animal Mundial, Natália Figueiredo, destaca que um dos projetos de lei mais antigos, que está pronto para ser votado, é o PL 466/2015, que trata das passagens de fauna. "Está pronto para deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados, mas ainda não tem relator. O tema é de suma importância e espera um deputado pedir sua relatoria para ajudar a prevenir as mortes de animais em rodovias em todo o país", explica.

**Sítio:**

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/05/09/all.pdf>

# Desenvolvimento, ambiente e inclusão social norteiam estratégia

A maior cidade da América Latina, a quinta maior metrópole do mundo, com um **PIB** superior ao de mais de 60 países." Assim, São Paulo foi apresentada ao público chinês em vídeo exibido durante o Summit Valor Econômico Brazil-China 2025. Narrada em mandarim, a peça destacou a capital paulista como "o maior centro industrial e tecnológico da América Latina e o melhor lugar do Brasil para fazer negócios nos setores de comércio e serviços".

A escolha do idioma e o tom da apresentação reforçaram o posicionamento de uma São Paulo aberta ao investimento estrangeiro, conectada globalmente e preparada para liderar. Essa imagem internacional dialoga com a estratégia do prefeito Ricardo Nunes, baseada em três pilares: desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Durante a passagem pelo evento, o prefeito afirmou que sua gestão busca avançar de forma equilibrada nessas frentes, com políticas públicas concretas e resultados mensuráveis. - O desafio é fazer desenvolvimento econômico, avanço ambiental e inclusão social caminharem juntos-disse.

Na área econômica, o destaque é o Programa Melhoramentos de São Paulo. Lançado com um pacote de 55 grandes obras em todas as regiões da cidade, o plano prevê a modernização da infraestrutura urbana e a criação de 70 mil empregos diretos e indiretos. - Quando você faz a extensão da Roberto Marinho ou conecta Pirituba à Lapa, por exemplo, melhora a mobilidade e movimenta a economia local - afirmou.

No campo ambiental, a cidade aposta em duas frentes principais: mobilidade limpa e expansão da cobertura vegetal. Além da eletrificação da frota de ônibus, a prefeitura aposta no uso de biometano, com meta de substituir todos os caminhões de lixo por modelos movidos ao combustível até 2028. - Esse biometano vem do nosso próprio lixo -frisou o prefeito.

A cobertura vegetal também vem crescendo. São Paulo conta com 119 parques municipais e trabalha para elevar a área de mata preservada de 15% para 26% do território. A gestão prevê a desapropriação de áreas privadas de mata nativa, além da implantação de jardins de chuva e sensores de calor para prevenir

incêndios. - Estamos transformando áreas privadas em reservas permanentes- completou.

## INCLUSÃO SOCIAL

Na área social, a prefeitura tem concentrado esforços em moradia, inclusão produtiva e redução da pobreza. Entre os projetos estão as Vilas Reencontro (serviço de acolhimento, inspirado no modelo Housing First - Moradia Primeiro -, destinado a famílias em situação de rua), a ampliação da coleta seletiva com apoio às cooperativas e ações em segurança alimentar. Nunes também destacou a capacitação da juventude para o mercado de trabalho, especialmente nos setores de tecnologia e inovação. -A cidade precisa estar pronta para o futuro, com oportunidade para todos - disse.

Ao buscar atrair investimentos com uma mensagem afinada ao público global, São Paulo também tenta traduzir esse discurso em políticas públicas com impacto direto na vida de seus moradores.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Bosch Brasil se dá bem no mundo em "modo latino"

No ano passado, diversos países começaram a enfrentar **inflação**, juros altos e outras mudanças bruscas no ambiente econômico que até então desconheciam. A direção mundial da Bosch teve a ideia de pedir para que o responsável pelas operações na América Latina fosse até a Alemanha explicar como se trabalha numa região que há anos convive com oscilações. "Quando viram que a coisa começava a ficar feia disseram: vem contar-nos como se fazem os negócios na América Latina", diz o argentino Gastón Diaz Perez, presidente da Bosch na região desde 2022.

O título da apresentação de Perez era "Dirigindo na neblina". Começava com um carro se aproximando de Copacabana, num cenário com palmeiras, praia e música brasileira. Num clique, surgia uma neblina que ofuscava tudo. As luzes do carro, então, se acendiam para o condutor conseguir enxergar alguns metros adiante. "Para fazer negócios no Brasil você não enxerga o longo prazo", disse. E se fosse na Argentina? "Seria o extremo, com as luzes desligadas", concluiu o executivo. "Os alemães gostaram muito", lembra.

"Estamos acostumados a tomar decisões em ambientes voláteis. É uma vantagem que temos em relação ao resto do mundo, que está desconfortável", diz Perez em relação à política tarifária nos Estados Unidos, por exemplo. "Acho que o mundo entrou em modo latino-americano", diz.

Sob o olhar da Bosch, um mundo em "modo latino-americano" pode trazer vantagens para a região. A direção da maior empresa de componentes automotivos do mundo não só aprendeu sobre volatilidade econômica, mas começa a perceber mais o potencial da subsidiária brasileira, que oferece conhecimento tecnológico, concentração de talentos e vantagens competitivas, o que permitem reduzir a dependência da matriz.

A próxima novidade das negociações entre a Bosch Brasil e a direção global é a possibilidade de a filial brasileira passar a produzir motores elétricos para veículos. Se der certo, a multinacional alemã passaria a produzir em Campinas (SP) ou Curitiba, onde estão suas fábricas, motores elétricos para veículos híbridos ou totalmente elétricos. A experiência começaria pelos veículos pesados, segundo Perez. São planos em

estudo, diz.

Em fase mais adiantada está o plano de nacionalizar o sistema ESP (Programa Eletrônico de Estabilidade), equipamento que faz o controle de tração do carro. A Bosch produz a parte mecânica do sistema há cerca de dez anos. Até o fim do ano, passará a produzir também a parte eletrônica, hoje importada do México e da Ásia.

"Trata-se de um computador de altíssima tecnologia. Se um caminhão aparece na sua frente o ESP te freia e permite que você desvie. Você acha que é muito bom dirigindo, mas, na verdade foi o sistema que controlou tudo", diz Perez. "Imagine a velocidade do processador dos dados dos sensores nas rodas para tomar uma decisão a 100 quilômetros por hora."

A nacionalização de componentes e chegada de novos projetos têm levado a Bosch a registrar crescimento na região. Enquanto os resultados não foram muito favoráveis em importantes regiões do mundo, na América Latina, a empresa registrou aumento de 12% na receita de 2024, num total de R\$ 10,8 bilhões. O Brasil representou 77% do faturamento da região, com R\$ 8,4 bilhões. Do total, 21% foram obtidos com exportações. Os dados serão divulgados nesta sexta-feira (9).

Segundo Perez, o resultado é uma combinação do aumento de competitividade com o crescimento do mercado automotivo, que representa a maior parte da atividade da Bosch na região.

"Os carros cada vez têm mais tecnologia. Isso ajuda uma empresa como a nossa porque nós vendemos tecnologia para os carros", afirma o executivo, que prevê expansão dos negócios a partir do aumento de produção de veículos híbridos que podem usar etanol. "Todas as montadoras anunciaram que vão lançar um ou vários modelos híbridos flex nos próximos anos e nós ficamos felizes".

Segundo Perez, a matriz vê a América Latina como uma região que "cresce abaixo do seu potencial". "Todos sentimos que o **PIB** do Brasil poderia estar crescendo 6% ou 7%, não? A região hoje está longe dos conflitos globais, é geopoliticamente neutra. Ainda tem uma população jovem e muitos dos recursos que o mundo precisará nos próximos anos",

afirma.

A produção de alimentos é um dos recursos apontados por Perez. Por isso, a Bosch tem investido em tecnologias para o agro-negócio. Em fevereiro, o Brasil foi escolhido para ser o centro de pesquisa e desenvolvimento global do grupo para o agronegócio. "Os clientes estão aqui", diz. Está previsto investimento de R\$ 200 milhões e a contratação de 100 profissionais, incluindo vários que estavam no exterior.

Perez lembra o papel do Brasil no aumento da produção de alimentos. "Além do clima e da disponibilidade de água doce, temos três saídas por ano. O grande exportador de comida, nos próximos anos, será a América Latina".

Como exemplo de desenvolvimento de novas tecnologias para a agricultura, Perez cita as experiências com um pulverizador inteligente. Por meio de inteligência artificial, o equipamento consegue, por exemplo, diferenciar o que é erva daninha e um grão de soja. E, assim, lança o herbicida apenas na erva daninha. Numa velocidade de 20 quilômetros por hora.

"Nós vamos continuar produzindo só grãos e importando tecnologia de outros? Ou vamos assumir o desafio de ser grandes produtores e também o lugar onde se desenvolve a melhor tecnologia para fazer tudo isso?" (MO)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Pink Floyd em Pompeia, Tocqueville no Brasil (Artigo)

**Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.**

Talvez por o Botafogo não estar tão bem este ano, talvez por conta da chuva caindo nas amendoeiras em frente à varanda de casa, fato é que me peguei, nostálgico, ouvindo o show de Pink Floyd no anfiteatro de Pompeia, gravado em 1972, que agora virou filme. É uma viagem no tempo, a uma época em que tanta coisa que hoje é normal era coisa de hippie. Bem, ainda é normal, mas periga deixar de ser, pelo andar da carruagem.

Também uma viagem no tempo, no caso pela economia do Brasil, é o recém-lançado livro de Fabio Giambiagi, "A Vingança de Tocqueville: A Importância do Bom Debate". O livro analisa os principais momentos que marcaram nossa economia nas últimas décadas, com destaque para o período pós-crise da dívida externa. Escrito em linguagem acessível aos não economistas, ilustrado por várias estatísticas e buscando se manter neutro no debate ideológico, o livro é uma boa referência para quem quer conhecer mais sobre as crises e os avanços de nosso país nesse período.

O livro busca responder duas perguntas recorrentes no debate sobre esse período. A primeira é por que, depois de um excelente desempenho nas décadas de 1930 a 1970, fomos incapazes de crescer e nos desenvolver mais rapidamente desde início dos anos 1980, ao contrário de países como Israel, Coreia do Sul e China?

De fato, é notável que, entre 1980 e 2024, a taxa de crescimento real do **PIB** per capita dos países em desenvolvimento (5,4% ao ano) tenha sido quase quatro vezes a do Brasil (1,5% ao ano). Isso é ainda mais impressionante quando se considera que nesse período o país se beneficiou de um significativo bônus demográfico, com a população em idade ativa (15 a 64 anos) crescendo 1,7% ao ano, contra uma expansão média da população de 1,2% ao ano.

Ainda que discutindo alguns dos fundamentos por trás desse desempenho relativamente fraco, o livro busca uma resposta a essa primeira pergunta que vá além dos conhecidos fatos de que, no Brasil, o investimento

e o crescimento da produtividade são baixos. Interpretando um pouco a discussão no livro, diria que a resposta a que Fabio nos conduz é que nosso frustrante desempenho econômico se explica, no fundo, por nossa incapacidade de estabelecer um pacto social mais favorável ao crescimento, em especial, mas não apenas, no período pós-redemocratização.

Nesse sentido, o livro foca, em especial, na incapacidade do PT e do PSDB, partidos dominantes em boa parte desse período, estabelecerem uma aliança política que permitisse avançar na área social, mas ao mesmo tempo manter uma razoável disciplina na política macroeconômica. Isso a despeito de os dois partidos - e, em especial, suas principais lideranças - terem estado tão próximas e com tantas afinidades ideológicas durante a ditadura militar. Mas, o livro sugere, essa frustração precede esse período, já se manifestando no período entre o fim da Segunda Grande Guerra e o início do regime militar.

Frustrante desempenho econômico se explica pela incapacidade de firmar um pacto social mais favorável ao crescimento

O livro também traça recorrentes paralelos com a experiência argentina nesse mesmo período, de igual frustração na busca de um pacto social com essas características, o que ajuda a situar e entender melhor a natureza de vários dos problemas que nos afligem. De fato, comparado ao ambiente enfrentado pelos "hermanos", o nosso até parece um caso de relativo sucesso. Mas apenas relativo, visto que, como o livro observa, nosso crescimento foi, apesar de tudo, ainda mais baixo que o argentino.

A outra pergunta que o livro tenta responder é em que medida, e como, se pode evitar uma nova frustração semelhante nos anos à frente? A resposta aqui não é, compreensivelmente, categórica em um sentido ou no outro. De um lado, sugere que a realidade brasileira, e internacional, de crescente polarização ideológica complica ainda mais essa situação. Também enfatiza o custo da oportunidade perdida após a eleição de 2022, quando se formou um pacto do centro com a esquerda em torno da candidatura Lula, que o novo governo abandonaria uma vez eleito.

Por outro lado, o livro explora com algum detalhe duas

áreas na macroeconomia em que, de certa forma, houve um pacto social que levou a progressos notáveis, conciliando-os com a concomitante melhoria dos indicadores sociais. Uma delas foi a do controle da **inflação**, frustrado várias vezes até o sucesso do Plano Real, com a baixa **inflação** se tornando uma prioridade social. A outra foi a das contas externas, no passado uma fonte de crises recorrentes, que, a partir do câmbio flutuante e do acúmulo de reservas, que tornou o setor público credor líquido em moedas fortes, deixou de ser um fator de instabilidade. Aonde o mesmo progresso não ocorreu, apesar de todos os esforços, foi na área fiscal, que segue sendo um problema sério.

O livro conclui sem muito otimismo sobre nossa capacidade de mudar esse quadro. Não obstante, faz algumas considerações importantes sobre caminhos que poderiam nos levar a isso, que é quando entra em cena seu personagem central.

Fabio tem outros bons livros que exploram em mais detalhe alguns desses temas, em especial na área fiscal e de reforma da previdência. Pink Floyd também tem outros shows que valem à pena ouvir. Para quem gostou do feito em Pompeia, recomendo o gravado ao vivo em Wembley, em 1974. O estilo já estava em certa transição, mas é muito bom mesmo assim.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Congresso buscará saída para crise do INSS, afirma Hugo Motta

*Por Marcelo Ribeiro, Murillo Camarotto e Jéssica Sant'Ana, Valor - Brasília*

Em meio à apresentação de requerimentos para criar de comissões de inquérito sobre escândalo do **INSS**, o Congresso está debruçado na busca de soluções para a crise causada pelas fraudes bilionárias no órgão. Em entrevista ao Valor, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que projetos de lei serão reunidos para cristalizar uma resposta legislativa ao caso. Uma das propostas trata justamente de tirar do **INSS** o papel de intermediário da relação entre associações e aposentados.

O parlamentar concedeu a entrevista um dia após a Câmara aprovar resolução que determinou o trancamento da ação penal por tentativa de golpe de Estado contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). O texto também tenta beneficiar outros réus, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Apesar da boa interlocução com o Supremo Tribunal Federal (STF), o paraibano saiu em defesa da medida aprovada e afirmou que "espera ver cumprida" a decisão da Casa. Os críticos ao texto e integrantes do STF entendem que a medida é inconstitucional, já que o Parlamento poderia paralisar ações relacionadas a atos praticados por parlamentares apenas após sua diplomação.

Indagado sobre a pauta prioritária do governo em 2025, a reforma do Imposto de Renda (IR), Motta classificou como "exequível" o cronograma apresentado pelo relator do texto, Arthur Lira (PP-AL), que mira aprovação do parecer pela comissão especial antes do recesso. Motta projeta avanço no plenário na retomada dos trabalhos, em agosto.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

**Valor:** Como o senhor vê as discussões em torno da proposta de compensação apresentada pelo governo na reforma do IR?

**Hugo Motta:** Essa é uma matéria que tem um amplo consenso para levar esse benefício [isenção de IR] às pessoas que ganham até R\$ 5 mil [por mês]. A grande missão que o Parlamento tem é encontrar a melhor forma de compensação. Qual é, na minha avaliação? É aquilo que não venha trazer qualquer dano para a

nossa economia. Nós temos que encontrar uma saída, se é que isso é possível, que não traga dano ou que traga o menor dano possível à economia. E esse trabalho de construção será da comissão especial, realizando audiências públicas e ouvindo a todos - governo e setor produtivo. Em uma matéria complexa como essa, com certeza aquilo que o governo enviou será modificado. Eu penso que, principalmente aqui na Câmara, teremos a oportunidade de lapidar melhor o texto, talvez encontrar alguma outra compensação que não seja a que está proposta.

**Valor:** Há algo na proposta do governo que o senhor enxerga que possa trazer danos à economia?

**Motta:** Na verdade, toda e qualquer compensação traz consequências. Nós temos que procurar ter a proposta mais eficiente para que essa compensação não venha a ser, mais na frente, um fator de geração de problemas do ponto de vista econômico.

**Valor:** Uma proposta alternativa foi apresentada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI). Essa proposta se aproxima mais do que o senhor entende como ideal?

**Motta:** O PP trouxe aqui uma proposta que aumenta a cobrança da CSLL e mexe também no corte das renúncias fiscais, para que se eleve o valor de corte da cobrança das pessoas físicas, que subiria para renda a partir de R\$ 150 mil [por mês]. Eu entendo que nós temos que dar oportunidade a todos os partidos falarem. E eu não posso aqui, enquanto presidente da Casa, antecipar aquilo que vai ser o trabalho da comissão. Porque eu acredito que nem o deputado Arthur Lira ainda tem um caminho certo a seguir. Eu penso que ele irá fazer um diálogo amplo.

**Valor:** E qual calendário o senhor considera para votação em plenário?

**Motta:** O calendário que o deputado Arthur [Lira] apresentou, na minha avaliação, é um calendário exequível [votação na comissão especial até julho]. Nós temos sim condição de trabalhar para perseguir aqueles prazos. Até porque nós também temos que entender que o Senado precisará ter um tempo para analisar a matéria.

**Valor:** Isso já foi combinado com o Senado?

Motta: Sim, nós conversamos, eu, o deputado Arthur e o presidente Davi [Alcolumbre, do Senado Federal].

Valor: O ideal é votar no plenário da Câmara até quando?

Motta: Me parece que, dependendo daquilo que vem no texto, nós temos que cumprir a noventena [período de 90 dias para mudança de um tributo entrar em vigor]. Então, se o caminho for discutir algo que exija a noventena, tem que se votar até o fim de setembro no Senado para que possa valer já a partir de janeiro [de 2026]. Então, nós teríamos que votar aqui [no plenário da Câmara] por volta do mês de agosto, para que o Senado possa ter também um tempo hábil para se debruçar sobre a matéria.

Valor: O senhor já defendeu publicamente a revisão dos subsídios como alternativa à compensação, mas existe um comando na Constituição que obriga reduzir para 2% do **PIB** os subsídios e isso nunca foi cumprido. Como vocês vão conseguir propor algo efetivo?

Motta: A discussão sobre os subsídios é uma tarefa não só do Poder Legislativo. O Poder Executivo também precisa entrar nessa agenda. Eu tive um encontro com o ministro [Fernando] Haddad e alguns líderes e reforcei, mais uma vez, a disposição da Câmara em discutir a questão dos subsídios e discutir a eficiência da máquina administrativa. Então, essa é uma preocupação nossa, nós queremos sim discutir essa questão, pedi para que o Haddad fizesse o dever de casa de qual caminho nós poderíamos perseguir acerca dessa matéria para que a Câmara possa fazer aqui essa discussão.

Valor: Ele já entregou esse estudo ao senhor?

Motta: Ainda não.

Valor: O senhor sempre foi, enquanto líder, muito próximo do ministro Haddad. Essa relação continua bem azeitada? E de que forma isso pode ajudar a votar outras proposições da agenda econômica, como supersalários, reforma da previdência dos militares, devedor contumaz?

Motta: Eu tive uma aproximação com o ministro Haddad ainda na condição de líder partidário. Tivemos total conexão e apoio à agenda do ministro aqui na Casa. Essa relação segue da mesma forma agora na condição de presidente. Nós temos que ajudar, porque a agenda do ministro é uma agenda boa para o país e vamos dar total prioridade. Assim como fizemos, por exemplo, na quarta-feira, aprovando o novo projeto que trata das parcerias público-privadas e das concessões, também iremos adentrar em outras

matérias.

Valor: O senhor não entende que foram poucas entregas até o momento? Estamos em maio e o projeto das PPPs foi a primeira grande pauta econômica aprovada. Como o senhor pretende dar ritmo mais célere à essa agenda?

Motta: Nós vamos, sim, dar celeridade. Esse início de gestão é um momento de adaptação, porque muitas das questões discutidas são acerca do funcionamento da Casa, decisões administrativas, instalação de comissões. Nós já aprovamos muitas matérias este ano, mas essas matérias mais polêmicas e mais difíceis, que têm que ser mais bem discutidas, elas passarão, a partir de agora, a ter uma nova dinâmica aqui na Casa e poderemos, com a Casa estabilizada, com as comissões trabalhando, ter a oportunidade de entrar nessas agendas que são importantes para a nossa economia.

Valor: Com a proximidade das eleições, há uma preocupação em relação a pautas que aumentem o gasto público. Como a Casa vai enfrentar esse debate?

Motta: Com muita responsabilidade. Nesses últimos anos, o Congresso sempre foi a âncora de responsabilidade fiscal do país e penso que nós temos que, cada vez mais, nos apegar a esse compromisso. A Câmara dos Deputados enfrentou reformas estruturantes, temas muitas vezes antipáticos do ponto de vista político, mas corretos do ponto de vista econômico. Essa será uma responsabilidade cada vez maior da nossa gestão.

Valor: Como o senhor viu esse escândalo do **INSS**? O senhor acha que o governo está tendo dificuldades para estancar essa crise?

Motta: O que aconteceu foi muito sério. Você ter um tipo de fraude que tira dinheiro do aposentado sem ele autorizar é realmente uma situação que nos deixa, primeiramente, tristes e obrigados a darmos uma resposta acerca desse tema. Agora, o Congresso Nacional tem o seu rito e o seu funcionamento pautado no regimento interno da Casa, então a CPI que teve as assinaturas entra numa ordem cronológica. Esse presidente, mesmo que quisesse instalar a CPI, não conseguiria, porque ela é a décima terceira de uma fila e só se podem funcionar na Câmara cinco CPIs concomitantemente.

Valor: O senhor pode decidir sobre as outras esvaziando essa fileira?

Motta: Eu só posso instalar ou não instalar. Se eu optar por não instalar, nós vamos ter a fila. É

importante dizer também que essas CPIs que estão na fila, as assinaturas não foram colhidas na minha gestão. Confesso que ainda não analisei o mérito das CPIs que estão propostas. Mas penso que o Congresso pode também dar respostas legislativas acerca dessa crise, que é o que nós estamos discutindo já com alguns líderes para que possamos aprovar alguns projetos de lei que venham a amarrar, de certa forma, essa questão da contribuição para instituições que têm relação com os aposentados, trazendo a possibilidade de, com mais transparência, com mais rigor, evitar que fraudes como essa voltem a acontecer. Não concordamos e não compactuamos com esse tipo de comportamento que, infelizmente, aconteceu no **INSS**.

Valor: O senhor teria um exemplo de resposta legislativa?

Motta: Existem alguns projetos de lei apresentados aqui na Casa. Nós deveremos pensá-los para entender como é que nós podemos trazer mais rigor nessas contribuições [associativas do **INSS**]. Poder, de certa forma, exigir que esse acompanhamento, principalmente dos órgãos de controle, do próprio **INSS**, possa se dar de maneira mais rigorosa, para que o aposentado, no fim, possa ter a sua decisão tomada sem necessariamente termos um avanço dessas instituições, muitas vezes forçando uma contribuição. Dá para se avançar numa agenda que traga garantias para evitar que fraudes como essa voltem a acontecer.

Valor: Mas os especialistas falam que a única forma de evitar fraude é tirar do **INSS** a intermediação do desconto em folha. O Congresso apoiaria essa ideia?

Motta: Tem muitas ideias que estão chegando diante do que aconteceu. Tem um projeto de lei que trata, por exemplo, da necessidade de cadastro biométrico anual. Tem também outro projeto de lei que trata da proibição do desconto em folha, para que o segurado, se quiser pagar, tenha que emitir um boleto. Minha ideia é, na volta dessa missão internacional que eu estou indo [na semana que vem], poder avançar nessa agenda com uma resposta legislativa para que o Congresso possa se posicionar firmemente contra o que aconteceu no **INSS**.

Valor: Ao aprovar a sustação da ação penal contra Ramagem e tentar contemplar outros réus da trama golpista, a Câmara extrapola a Constituição?

Motta: A discussão sobre a abrangência da decisão sempre vai ser polêmica pela polarização que nós temos hoje. O trancamento da ação penal foi uma decisão que veio no relatório e que a Casa entendeu ser a mais correta, porque não está citando outros

denunciados. Está trancando a ação penal que é o que a Constituição nos garante.

Valor: Mas essa é uma leitura diferente do que tem defendido o STF.

Motta: Enquanto presidente da Câmara, nós temos sempre que defender aquilo que é a atribuição do Legislativo. Para mim, a Câmara tomou a decisão que entende ser correta e estamos aqui para defender aquilo que foi a vontade da maioria do plenário. Essa decisão do plenário é uma decisão jurídica, mas também uma decisão também política. É um posicionamento político da Casa, de decidir trancar a ação penal de um colega e é um direito que nos é garantido. A Câmara tomou a decisão, encaminhamos ao STF e esperamos que a nossa decisão seja respeitada.

Valor: Mas isso piora a relação com a Corte?

Motta: Desde que assumi a presidência da Câmara, tenho mantido um diálogo permanente com os demais Poderes. Tem muitas decisões do Judiciário que incomodam o Legislativo. E nem por isso o Judiciário deixa de tomar as suas decisões. Como também o inverso tem que ser respeitado. O Parlamento tem a sua independência. Temos sempre que prezar pela harmonia, mas essa independência nos dá, em momentos como esse, o direito de exercer a nossa posição.

Valor: O senhor já conversou com alguém do STF depois da votação?

Motta: Não conversei.

Valor: O senhor tinha manifestado na última reunião de líderes um desconforto com o excesso de intervenção do Supremo em reação a ações movidas por parlamentares.

Motta: Cada vez que o Legislativo terceiriza a solução dos seus problemas para outro Poder, acontece sempre esse incômodo e esse agigantamento de um Poder perante o outro. O que eu defendo é que nós tenhamos aqui na Casa a capacidade de resolver os nossos problemas, de poder dar as soluções para aquilo que a política tem que resolver.

Valor: Nesse sentido, dá para entender, então, que o senhor está sendo pressionado a isso, a pautar o PL da Anistia, que seria uma forma também de interferir num trabalho que é do Judiciário?

Motta: Existe hoje uma polarização muito grande na Casa. Essa pauta da anistia é uma pauta que traz um pouco do que é a divisão das forças políticas dentro do

Parlamento. E o presidente da Casa tem que ter a capacidade de agir com equilíbrio. E é dessa forma que eu tenho agido nessa pauta da anistia, ouvindo os líderes, discutindo com o Senado. Tenho procurado defender que o Parlamento possa encontrar algo que seja uma convergência e que seja uma pauta que a Câmara e o Senado tenham condição de avançar para dar uma solução.

Valor: Esse texto alternativo do Senado, então, na sua avaliação, talvez seja a melhor opção neste momento?

Motta: Não, essa pode ser uma solução. Existem outras soluções também que estão sendo postas e conversadas. Conversando até com os próprios autores do projeto da anistia, até para dizer e colocar que, muitas das vezes, a ideia do legislador tem limites do ponto de vista constitucional, tem limites do ponto de vista da execução prática daquilo que nós estamos votando. Não adianta avançar também em uma pauta que a efetividade não ocorrerá.

Valor: O senhor falou que o texto do senador Alessandro Vieira é uma solução, mas tem outras. Qual seria um outro caminho?

Motta: Na verdade, a conversa está se dando no âmbito do Legislativo sobre como poderia ser um texto viável de aprovação e que, de certa forma, trouxesse o que é o sentimento da Casa, que é dar condição para a redução das penas que estão, de certa forma, exageradas para algumas pessoas que não tiveram uma participação fundamental no que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Valor: O senhor disse que às vezes não vale a pena trabalhar numa pauta que não vai ter efetividade, mas a sustação da ação penal aprovada na quarta-feira provavelmente não vai ter efetividade.

Motta: Eu espero que tenha efetividade. Espero que a decisão da Câmara seja cumprida.

Valor: Mas vai haver a judicialização e o provável desmembramento de Ramagem da ação penal.

Motta: Eu espero, como presidente da Câmara, que a decisão votada amplamente e aprovada pelo plenário seja cumprida.

Valor: Antes mesmo da votação, a judicialização já era dada, porque a possível decisão da Câmara de sustar a ação na íntegra era criticada e considerada inconstitucional.

Motta: Eu, às vezes, tenho também minhas críticas a decisões que outros Poderes tomam. A decisão é do Poder. E a decisão da Câmara dos Deputados foi pelo

trancamento da ação penal.

Valor: A possível cassação de Glauber Braga gera um precedente perigoso diante de embates cada vez mais frequentes entre parlamentares?

Motta: Debateremos com os demais líderes sobre a punição que foi dada pelo Conselho de Ética ao Glauber. É importante lembrar que nós temos um processo que foi aprovado no Conselho de Ética e respaldado pela Comissão de Constituição e Justiça. Essas comissões tiveram a oportunidade de discutir as penalidades e optaram por esse caminho. Esse é o caminho que está posto. Nós vamos agora debater sobre a data que isso será levado ao plenário. No momento em que ele decidiu pela greve de fome, nós fizemos esse acordo até para que a matéria possa ser amplamente discutida e nós vamos nos próximos dias deliberar e dialogar sobre esse assunto.

Valor: Em paralelo, tivemos a perda de mandato por faltas [em vez de cassação] do Chiquinho Brazão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Isso mancha a imagem da Câmara perante a opinião pública?

Motta: É importante dizer que o presidente da Casa procurou tomar a decisão mais célere possível para resolver esse imbróglio, determinando a perda de mandato do deputado Chiquinho por falta, porque cabia à Mesa. Era a maneira mais rápida de a gente resolver essa situação. Até porque o deputado não tem condenação, ele está com uma prisão preventiva. Ainda não há uma condenação dele por parte do Supremo Tribunal Federal. Então, se nem o Judiciário, que, ao lado dos órgãos de investigação, tem a responsabilidade de analisar a culpabilidade ou não do deputado Chiquinho e de quem quer que seja, ainda não decidiu pela condenação, nós iríamos antecipadamente decidir sobre isso. Não estou aqui dizendo nem que o deputado Chiquinho Brazão é culpado, nem que ele é inocente. Mas a decisão que cabia a presidência tomar era resolver a questão do mandato. E foi esse o caminho que a assessoria jurídica da Casa, que é quem se aprofundou no processo, nos orientou a seguir para resolver de vez essa situação e, de certa forma, poder tirar a Câmara desse debate.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188188?>

# Inflação de 'porta de fábrica' recua influenciada por queda de alimentos

Alimentos mais baratos levaram a uma queda de -0,62%, em março, no índice de Preços ao Produtor (IPP), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em fevereiro, o indicador, que mede variação de preços "porta de fábrica", sem **impostos** e fretes, caiu 0,12%.

O recuo, além de ser segundo consecutivo, foi o mais forte desde julho de 2023 (-0,76%), informou Alexandre Brandão, economista do IBGE. Segundo ele, a queda de preços na atividade alimentícia (de -1,35%) respondeu por praticamente metade da variação de preços "porta de fábrica" do país, em março.

Brandão explicou que a variação de preços de alimentos é a de maior peso na formação do IPP, e responde por 25% do total do índice. Portanto, qualquer taxa expressiva nesse segmento tem muito impacto no resultado final do indicador. Assim, o recuo nos preços dos alimentos teve influência de -0,34 ponto percentual (p.p.) na taxa negativa do IPP de março, detalhou.

Um cenário de melhor oferta em março, principalmente de carnes bovinas, impulsionou alimentos mais baratos, disse o técnico. Ele comentou que, naquele mês, ocorreu movimento de valorização do real ante o dólar. Isso pode ter levado, naquele momento, a um deslocamento de itens, que antes seriam exportados, para o mercado interno - o que leva a um a melhor oferta.

"A apreciação do real frente ao dólar-sendo 0,3% em março contra abril e de 5,7% no primeiro trimestre - é fator redutor de preços", comentou.

Outros alimentos, como carnes suínas e arroz, também passaram por cenário de melhor oferta, em março, acrescentou. Isso também ajudou a derrubar preços dentro do setor, na ótica do IPP, disse. Porém, continuou, em contrapartida, o café continuou a aumentar de preço, entre os alimentos, devido a uma safra ruim e problemas no mercado internacional, afirmou.

Ao ser questionado se o IPP de março, em queda, pode ser um sinalizador de preços mais baratos para o consumidor nos meses seguintes, principalmente

de carnes, o técnico foi cauteloso. Ele destacou que existe toda uma cadeia logística, e de **impostos**, e outros custos, a formar o preço final de itens que são comprados pelo consumidor. Assim, na prática, o efeito do IPP em queda "não é tão direto" nas gôndolas do varejo, salientou.

Com o recuo anunciado na quinta-feira (8), o IPP acumulou queda de 0,59% no ano, até março. Mas ele ainda acumula alta de 8,37%, em 12 meses até março.

O IBGE detalhou também que, em março, dez das 24 atividades acompanhadas pelo IPP tiveram queda de preços. Em fevereiro de 2025, foram 12 atividades com taxas negativas.

Além de alimentos, ocorreram recuos importantes, para a queda do IPP: metalurgia (4,50%), outros produtos químicos (4,16%) e madeira (3,45%).

O IPP da indústria é formado por dois índices: o da indústria de transformação e o da indústria extrativa. A taxa na indústria de transformação ficou em -0,47% em março, ante alta 0,04% em fevereiro. Já o IPP da indústria extrativa foi de -3,61 % em março, após recuo de 3,39% em fevereiro.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# Sem rever mínimo, nova reforma da Previdência terá efeito pífio, dizem economistas

Apesar de muito se falar da necessidade de uma nova reforma da Previdência brasileira, economistas alertam que ela não surtirá o efeito esperado sobre a trajetória das contas públicas se, primeiro, não houver uma mudança na regra atual de reajuste do salário mínimo, que indexa boa parte das despesas previdenciárias e assistenciais do país.

"Nada é mais importante para a evolução das contas públicas do que rever a regra do salário mínimo", afirma Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Ainda segundo ele, é fundamental que essa mudança ocorra em 2027, no início do próximo governo, seja ele qual for, senão o risco é a conta em 2030, antes da outra eleição, "estar muito salgada", diz, lembrando que o primeiro ano de cada governo é quando costuma haver maior capital político para a proposição e aprovação de temas impopulares.

Assim como levantado recentemente pelo ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, Giambiagi sugere a desobrigação do ganho real do mínimo, no âmbito do que ele chama de uma "super PEC". "O problema do teto de gastos lá atrás e o do arcabouço agora é que eles têm regras que podem fazer sentido no geral, mas que colidem com outras regras específicas. Hoje, se você faz o ajuste fiscal pela receita, as despesas com saúde explodem, por exemplo. Desvinculação, mínimo, tudo isso precisa ser empacotado junto e com consistência. Do jeito que está, dá com uma mão e tira com a outra", diz.

Fabio Giambiagi: Se reformas não forem feitas em 2027, risco é conta ficar salgada - Foto: Leo Pinheiro/Valor

Atualmente, Giambiagi defende colocar na Constituição que por dez a 15 anos o reajuste do salário mínimo se dará apenas pela **inflação**, representada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). "Depois, outro governo, em outro contexto fiscal, pode definir isso novamente - espero que com maior margem do que hoje", diz.

Uma reforma da Previdência agora pode render ajustes marginais após a que foi implementada em

2019, dizem economistas. "Pode mexer em idade mínima, alterar outras coisas que ficaram para trás, a reforma dos militares que ainda não foi resolvida. Tem alguns ajustes que podem ser feitos, mas, se não houver mudança no salário mínimo e nos benefícios assistenciais, não adianta pensar em uma reforma da Previdência que altera apenas marginalmente critérios", afirma Tiago Sbardelotto, economista da XP.

Logo após a aprovação da reforma em 2019, Giambiagi, que trata do assunto há mais de 20 anos, já era questionado sobre qual seria a agenda futura - ele sugere mudar a idade mínima para a aposentadoria dos homens, em 65 anos desde a Constituição de 1988; reduzir de três para um ano essa diferença em relação à idade mínima das mulheres; rever a idade mínima da aposentadoria rural. "Mas, honestamente, eu achava que isso seria uma discussão para uns 15 anos depois. No meio do caminho, porém, aconteceram coisas que pioraram muito as contas públicas", afirma.

Tiago Sbardelotto: Ajuste não pode ser só pelas despesas ou só pelas receitas - Foto: Wenderson Araujo/Valor

Uma foi, exatamente, a regra de reajuste real do salário mínimo. As outras foram dois "elefantes na sala", diz Giambiagi, em referência a coisas que não eram esperadas: as explosões do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do auxílio-doença. "É inacreditável a incompetência do Ministério da Previdência, que aparece agora no escândalo dos descontos de aposentados."

Historicamente e também segundo a literatura econômica, ajustes fiscais bem-feitos e bem-sucedidos são trabalhados dos dois lados, das despesas e das receitas, diz Sbardelotto. "Temos de equilibrar o Orçamento e atingir o primário positivo para estabilizar a dívida, mas esse ajuste não pode ser feito só pelas despesas ou só pelas receitas, senão acaba pesando muito de um lado", afirma.

Nesse sentido, ele diz que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2026 trouxe recados importantes. "O primeiro passou meio

despercebido, mas, depois, quando a gente olhou com mais cautela, pareceu claro que a receita líquida do governo, nas projeções oficiais, está caindo no médio prazo. Isso mostra que todo o esforço de ajuste fiscal feito pelo governo muito focado em aumentar receita foi um ajuste que mirou receitas extraordinárias, que não trouxeram ganho estrutural em termos de arrecadação", afirma.

Na apresentação do PLDO 2026, a projeção de receita líquida é de 18,8% do **PIB** em 2026, 18,5% em 2027, 18,3% em 2028 e 18,1% em 2029. "Estamos vendo no documento o governo admitir que chegar a 19% do **PIB** de receita líquida está muito distante e vai depender de mudanças estruturais", diz Sbardelotto, citando a necessidade de redução dos benefícios tributários. Por causa deles, em 2026, por exemplo, o governo deve deixar de arrecadar mais de R\$ 600 bilhões.

"Alguns desses benefícios podem fazer sentido, talvez para investimentos em pesquisa e para entidades filantrópicas, mas outros podem não ser tão efetivos em atingir sua finalidade. É preciso olhar programa a programa e enfrentar esse problema, rediscutir a Zona Franca de Manaus, as desonerações para o agronegócio", exemplifica Sbardelotto.

Ainda assim, o lado da despesa é o que mais preocupa, segundo ele. O PLDO 2026 mostra as despesas primárias caindo em dois pontos percentuais do **PIB** nos próximos anos, de 18,9% em 2026 para 16,9% em 2029. "Se você tem uma receita líquida caindo e uma necessidade de superávit cada vez maior, faz o ajuste pela despesa. O problema é que esse ajuste está sendo basicamente todo na despesa discricionária", diz Sbardelotto.

Pelas projeções do próprio governo, entre 2026 e 2029, as despesas obrigatórias devem cair apenas 0,6 ponto do **PIB**, de 17,4% para 16,8%. Já as despesas discricionárias (não obrigatórias) devem passar de 1,5% do **PIB** em 2026 para 0,8% em 2027 e praticamente zero (0,1%) em 2029.

As despesas discricionárias dizem respeito, essencialmente, ao custeio da administração pública e aos investimentos da União. Para garantir o funcionamento mínimo da máquina, essas despesas precisam girar em torno de 0,7% do **PIB**, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI). Ou seja, em 2027 o seu funcionamento já estará em xeque. "O PLDO 2026 foi uma autoconfissão de insustentabilidade. Cumprir ou não o arcabouço tem um efeito institucional e político, é importante por causa da credibilidade. Mas, do ponto de vista da economia, não tem a menor relevância no médio-longo prazo. Não resolve o problema estrutural fiscal", afirma Marcus

Pestana, diretor-executivo da IFI.

Nada é mais importante do que rever a regra do salário mínimo"

- Fabio Giambiagi

Ele observa que 80% das despesas primárias líquidas estão ligadas a Previdência, folha de salário de todos os poderes, BPC, Bolsa Família, auxílio desemprego e abono salarial. "Isso leva 80% do dinheiro livre disponível. É preciso repensar essas seis despesas. No mundo ideal, o governo teria uns R\$ 500 bilhões para investimentos do PAC; tem R\$ 60 bilhões", afirma.

Olhando para os números do PLDO 2026, Sbardelotto diz que não será possível fazer um ajuste fiscal de longo prazo sem alterar o limite superior do crescimento das despesas no arcabouço, hoje de 2,5% ao ano, em termos reais. Esse teto precisa ser revisto para, idealmente, 1,5%, sugere. "Sem alta na receita líquida, levaria cerca de dez anos para a gente poder ter um ajuste efetivo que estabilize a dívida. Nós não temos esse tempo. E pior: até chegar no décimo ano, é muito provável que o arcabouço tenha sido alterado por causa da pressão dos gastos obrigatórios", afirma.

Alinhada a essa mudança, porém, precisa haver uma reforma das despesas, diz Sbardelotto. A primeira e mais importante questão a ser enfrentada, na sua avaliação, é ou a desvinculação de despesas como as previdenciárias e o BPC do salário mínimo ou a mudança na forma de correção do piso salarial. "Em termos práticos, tanto faz. Mas a desvinculação é um pouco melhor porque é uma variável relacionada ao mercado de trabalho vinculando o pagamento de benefícios. Poderia continuar com a política de aumento real do salário mínimo, beneficiando quem está na ativa, e preservar ganhos de quem não está na mais ativa, mas sem reajuste real", diz.

Não há consenso entre especialistas, porém, sobre se essa desvinculação pode ser feita. Para alguns, ela pode ser encaminhada através de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Para outros, é cláusula pétrea e não pode ser alterada, exceto em uma nova Assembleia Constituinte. "Durante anos, defendi a ideia de desvinculação do piso previdenciário em relação ao salário mínimo. Do ponto de vista econômico, estou totalmente convencido de que é o mais justo a se fazer. Mas fui convencido por pessoas da maior confiança de que, sob o ponto de vista jurídico, seria perigoso, porque a atual composição do Supremo Tribunal Federal pode entender que é cláusula pétrea. Isso também é controverso entre juristas, mas investir um enorme capital político, que

vai trazer desgaste, para apoiar uma regra que tem risco de o STF, meses depois, definir como inconstitucional, acho arriscadíssimo", diz Giambiagi.

Além da reforma do salário mínimo, os especialistas dizem ser necessário diferenciar benefícios por contribuição de benefícios assistenciais. "Não dá para pagar um salário mínimo para quem ganha BPC assim como para quem contribuiu para a Previdência e se aposentou pelo mínimo. Isso gera um desincentivo à contribuição para a Previdência. Precisa ter algum critério de diferenciação", afirma Sbardelotto.

O BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), é "expressão de uma sociedade civilizada" e tem de ser preservado, diz Giambiagi. "O que não dá é para colocar na lei que, faça chuva ou faça sol, contribuindo ou não, a pessoa vai ganhar o mesmo valor aos 65 anos. Obviamente, quem ganha perto de um salário mínimo não vai contribuir", diz. Ele recorda que, quando a Loas foi instaurada, em 1993, a idade mínima para o acesso ao BPC era de 70 anos, contra 65 anos da aposentadoria. Hoje, a idade mínima para ter acesso ao BPC também é de 65 anos.

Sbardelotto observa que existem algumas propostas em discussão para aumentar a idade mínima de acesso ao BPC. Para ele, porém, o espaço do BPC deveria ser repensado em relação a outros programas, como o Bolsa Família. "Teria um benefício inicial, mais baixo, para pessoas que podem trabalhar, que é o Bolsa Família; um intermediário, para quem não consegue trabalhar, que é o BPC; e um benefício para as pessoas que contribuíram ao longo da vida e que receberiam um valor um pouco maior, a Previdência. É preciso integrar a política assistencialista e diferenciar da Previdência", afirma.

Se reformas fiscais não forem encaminhadas em 2027, provavelmente, o assunto será empurrado para 2031, diz Giambiagi. "O risco é, até lá, essa conta ficar muito salgada", afirma o economista. "O próximo presidente da República no seu primeiro ano de governo, seja o Lula reeleito, seja qualquer outro opositor, terá um encontro inexorável com uma profunda reforma fiscal", diz Pestana, da IFI.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>

# BRASIL E CHINA AMPLIAM PARCERIA

**MARIO CAMERA**

O tarifaço anunciado pelo governo dos Estados Unidos em abril -com sobretaxas sobre grãos, carnes e eletrônicos -ampliou incertezas no comércio global e reabriu janelas para exportadores como o Brasil. Com os chineses em busca de alternativas para substituir parte do que compravam dos americanos, produtos brasileiros voltaram ao radar, assim como projetos de investimento e acordos bilaterais.

- Se o Brasil pode ganhar com isso? Pode, mas não é trivial. Pode, se você tiver alguma estrutura de exportação bem consolidada, uma diplomacia econômica eficiente, e um mercado que responda. Mas, ao mesmo tempo, você vai ter mais produto chinês circulando por aí. O Brasil não vai escapar disso -diz Lívio Ribeiro, sócio da BRCG e um dos maiores especialistas em economia chinesa no mundo.

Rafael Perez, economista da Suno Research, aponta que parte do dinamismo atual das exportações brasileiras está ligada ao aumento da produção e à maior previsibilidade nas relações com a China:

-A Argentina vem crescendo, na verdade ela retomou a produção de soja e de milho, e a China vem comprando soja e milho também da Argentina. Os EUA são os concorrentes, mas na atual circunstância estão atrás das concorrentes.

Para ele, "o Brasil é concorrente mais confiável. O Brasil tem relação muito mais pragmática e estável com a China." Essa percepção é compartilhada por Luiz Fernando Figueiredo, presidente do conselho de administração da JiveMauá. Para ele, o buraco deixado pelos EUA no comércio exterior global pode gerar novas demandas sobre produtos brasileiros.

-Vários produtos do Brasil que tinham concorrência  
Fonte: Banco Mundial

americana com relação à China não vão ter mais. Então talvez até uma certa majoração de preço. Talvez o Brasil seja o que menos perde -diz.

Ainda assim, há ressalva sobre riscos de longo prazo.

-É uma situação muito incerta, mas que, sem dúvida, está indo numa direção muito ruim. Vai nos levar a um mundo que vai crescer menos, que vai ser menos produtivo, que vai ter mais **inflação**, que vai gerar

menos melhora na vida das pessoas -diz Figueiredo.

## INVASÃO DE PRODUTOS

No primeiro trimestre, a corrente de comércio entre Brasil e China somou US\$ 38,9 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com exportações brasileiras de US\$ 19,8 bilhões. Embora o saldo seja positivo - US\$ 745 milhões - houve queda de 13,4% nas exportações em relação ao mesmo período de 2024, enquanto as importações saltaram 35%, puxadas por embarcações e plataformas flutuantes.

O salto nas importações acendeu o alerta para o possível redirecionamento de produtos chineses para o Brasil, à medida que os EUA aumentam barreiras comerciais.

Segundo Ribeiro, essa oferta de produtos vai fazer o preço desses bens nos mercados fora dos EUA caírem.

A falta de competitividade da indústria brasileira é o principal fator de risco para a possível enxurrada de produtos chineses no país, segundo Leandro Gilio, pesquisador e professor do Insper Agro Global. Apesar da queda parcial nas exportações brasileiras para a China, a tendência de médio prazo ainda é de expansão:

-Abre certa possibilidade da expansão do nosso mercado. Mas o encarecimento geral de insumos pode apertar a margem dos produtores e isso deve ter impacto mais para as próximas safras -diz Gilio.

O movimento de reconfiguração comercial já começa a se traduzir em decisões estratégicas que podem beneficiar a indústria brasileira.

-O Brasil pode ser uma plataforma de vendas de empresas chinesas para os americanos. A China precisa diversificar geograficamente suas bases de produção. Então, por que não produzir no Brasil? - diz Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

Não só empresas chinesas podem vir parar no Brasil. A gigante americana Apple estaria estudando ampliar a produção de iPhones na fábrica da Foxconn em Jundiaí (SP), com foco na exportação para mercados fora da China. Essa reorientação das cadeias produtivas deve impulsionar investimentos privados no

país e iniciativas visando ampliar a capacidade de financiamento à exportação e à infraestrutura.

#### MAIS FINANCIAMENTO

Em junho do ano passado, uma missão oficial à China, liderada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, resultou em acordos de crédito. Foram mais de R\$ 24 bilhões em linhas aprovadas por bancos chineses, com foco em infraestrutura, economia verde e desenvolvimento industrial.

Nas últimas cinco décadas, o contraste entre as trajetórias econômicas de Brasil e China ficou mais evidente -e, em determinado momento, a curva virou de vez. Em 1970, o Brasil tinha **PIB** per capita de US\$ 444, mais de quatro vezes o valor chinês à época (US\$ 113, segundo o Banco Mundial). Trinta anos depois, a diferença persistia: US\$ 3.767 para os brasileiros contra US\$ 959, para os chineses. Mas a virada veio rápido. Em 2020, a China já havia ultrapassado o Brasil, com **PIB** per capita de US\$ 10.409, enquanto o do Brasil estava em US\$ 7.074.

Esse salto veio acompanhado de uma guinada tecnológica. Em meados dos anos 1990, Brasil e China apareciam em posições comparáveis no número de patentes: cerca de 19 mil para o Brasil contra 15 mil para a China. Vinte e cinco anos depois, os papéis se inverteram. A China chegou a 1,35 milhão de pedidos de patentes em 2020, enquanto o Brasil teve apenas 5,2 mil. O resultado foi uma mudança de posição no tabuleiro global. A China virou potência. O Brasil, não.

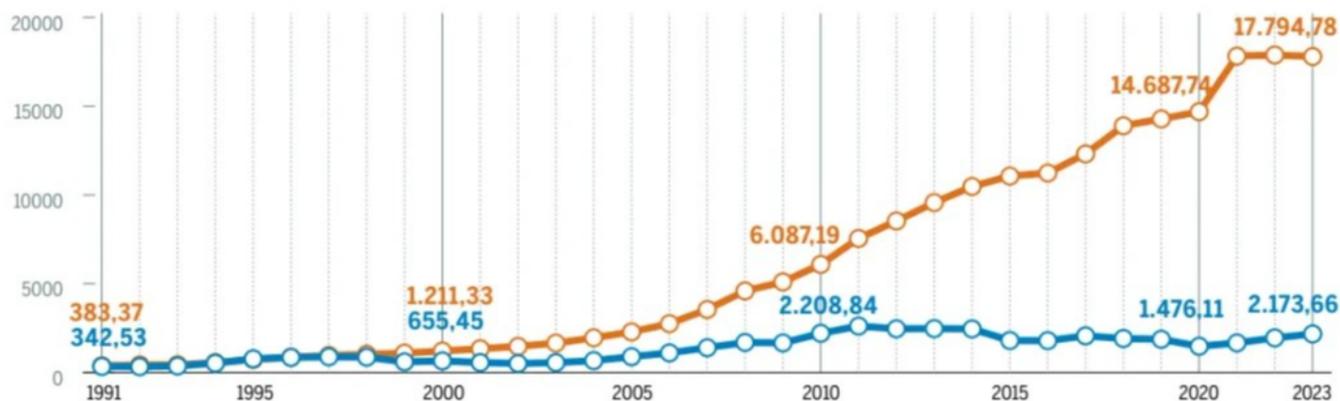
**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## A VIRADA CHINESA

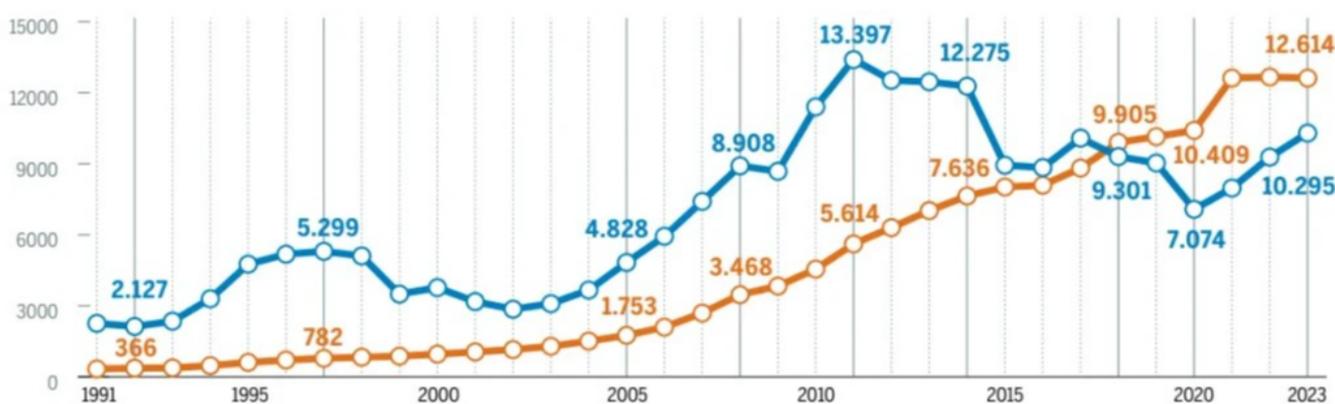
Nas últimas décadas, Pequim teve um salto na renda acompanhado de uma guinada tecnológica. Modelo alterou a posição no tabuleiro global e fez do país uma potência

— BRASIL  
— CHINA

PIB - em US\$ bilhões



PIB per capita - em US\$



Fonte: Banco Mundial

EDITORIA DE ARTE

# Receita perversa

A entrevista como ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga (8 de maio) me remeteu à faculdade, quando o professor iniciava aula com a frase: "Ceteris Paribus. num regime de economia fechada..." para explicar uma equação ou modelo econômico, de forma puramente acadêmica. Apesar do diagnóstico correto, e argumentos consistentes (mas discutíveis), da necessidade de um ajuste fiscal, é assustadora e perversa a receita proposta: suspender o reajuste do salário mínimo de R\$ 1.518 em até 2,5% acima da inflação para um reajuste pela inflação do ano anterior, sem ganho real, durante seis anos. A outra alternativa, o dono da Gávea Investimentos, bem nutrido de proteínas e de formação católica, considera complicada, pois mexe nos gastos tributários, o que afetaria grupos influentes. É um desapontamento total.

Sugiro ao economista de Princeton assistir ao filme "A marvada carne", a peça "Morte e vida severina" ou talvez conversar com trabalhadores, aposentados e pensionistas que sobrevivem com um salário mínimo sobre o que acham da sua fórmula para solucionar os problemas do Brasil.

CARLOS EDUARDO VIEIRA

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Desigualdade cadente - FLÁVIA OLIVEIRA

## FLÁVIA OLIVEIRA

uma mesma semana, o Brasil colheu um par de bons resultados para quem se interessa pelo combate à desigualdade. O Pnud/ONU informou que o país avançou cinco posições no ranking do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que compara condições de vida em 193 nações. E o IBGE apurou que a renda domiciliar per capita e a distância entre os rendimentos de ricos e pobres atingiram, em 2024, os melhores níveis em 12 anos. A recuperação do mercado de trabalho impulsiona a remuneração; e o redesenho de um Bolsa Família esfacelado pelo governo de Jair Bolsonaro ajustou foco e aumentou a eficiência do carro-chefe da política social.

No IDH, o Brasil passou à 84- colocação, com indicador de 0,786 numa escala que vai de zero a 1. É avanço bem-vindo, apesar da posição de meio de tabela, nada honrosa para uma nação que alardeia integrar as dez maiores economias do planeta. Em 2023, ano de referência do relatório da ONU, as estatísticas de saúde, longevidade e renda avançaram, enquanto a educação estagnou -uma lástima. De um lado, a esperança de vida dos brasileiros voltou a subir. Aproxima-se de 76 anos, após recuar quase um ano e meio, em razão do excesso de mortes na pandemia de Covid-19.0 **PIB** per capita em paridade do poder de compra, que torna o valor comparável em diferentes países, passou de US\$ 18 mil, ante US\$ 16.609 em 2020. Os dados de renda foram influenciados tanto pela queda do desemprego, hoje no menor patamar desde 2012 (7%), quanto pelo aumento nas transferências de renda.

A avanço do país contrasta com o retrocesso em escala global. O IDH mundial, ora em 0,756, registrou em 2023 o menor crescimento em 35 anos de relatório, excluídos os anos da pandemia. A agência da ONU chamou a atenção para o risco de o planeta não mais alcançar o nível de desenvolvimento humano muito alto até 2030, ano de aferição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, um deles erradicar a fome. O fosso em condições de vida entre países é imenso. Na Islândia, líder do ranking, o IDH chega a 0,972; no Sudão do Sul, extremo oposto, está em 0,388.

No módulo anual da Pnad Contínua, o IBGE reportou

que, no ano passado, a massa de rendimento mensal domiciliar per capita bateu recorde na série histórica com início em 2012. Esse valor, que se refere à soma de todo o dinheiro que chega às mãos do povo, bateu R\$ 438 bilhões. Subiu 5,4% sobre um ano antes e 15% em relação a 2019. O rendimento domiciliar por membro da família também foi recorde (R\$ 2.020), assim como o rendimento de todas fontes (R\$ 3.057). Este leva em conta, além dos ganhos de trabalho, outras origens, de aluguéis e aposentadoria a programas sociais. A desigualdade caiu. Em 2024, o 1% mais rico da população ganhava 36,2 vezes a renda dos 40% mais pobres. Ainda é uma aberração, mas a razão de renda em 2019 era de 48,9 -um rico concentrava o que quase 50 pobres tinham.

- A alta da renda com redução da desigualdade foi muito mais puxada pela melhora do mercado de trabalho. Mas vale destacar que a melhora na focalização do Bolsa Família também tem contribuído no sentido certo -analisa o economista Marcos Hecksher, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ele lembra que, de 2019 a 2022, as transferências de renda destinadas aos 20% mais pobres saíram da proporção de 64,4% para 47,6%. Grosso modo, significa que os mais vulneráveis viram a participação no bolo diminuir, um equívoco tanto político quanto fiscal. Responsabilidade com as contas públicas, afinal, é também gastar corretamente. Em 2024, continua Hecksher, a proporção subiu para 51,7%, evidência de que a maior parte dos recursos está indo novamente para o quinto de menor renda. A reformulação do Bolsa Família, incluindo o aporte adicional para famílias com crianças, explica a melhora na redistribuição.

Segundo o IBGE, o total de brasileiros que recebem dinheiro de programas sociais do governo passou de 18,6 milhões em 2023 para 20,1 milhões no ano passado. Em 18,7% dos lares há algum beneficiário do Bolsa Família, ante 19% no ano anterior. Gustavo Fontes, analista do IBGE, diz que o rendimento do trabalho impulsionou os ganhos das famílias. O instituto tem registrado aumento constante da remuneração, da população ocupada e, conseqüentemente, da massa de salários. A dura política monetária do Banco Central ameaça a tendência. A taxa básica de juros está de volta ao nível

de 19 anos atrás, 14,75% ao ano, para que a **inflação** prevista em 5,5% volte à meta, de 3% a 4,5%. É torcer para o remédio não matar o paciente.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Economia dos EUA vive momento crítico (Artigo)

## THE ECONOMIST

Há cinco anos, quando a pandemia fechou a economia global, os economistas recorreram a novas medidas, como dados de mobilidade e reservas em restaurantes e cinemas, para acompanhar o fechamento em tempo real. Agora, o mundo está desesperado para avaliar os danos causados pelas tarifas excessivas de Donald Trump sobre as importações chinesas, e os especialistas estão novamente usando técnicas inovadoras. Suas descobertas sugerem que a maior economia do mundo ainda não está cambaleando. Mas os problemas estão chegando.

Mesmo antes da implementação das tarifas recíprocas em 9 de abril, as pesquisas sugeriam que os consumidores e as empresas americanas estavam preocupados. De acordo com uma pesquisa da filial de Dallas do Federal Reserve, a produção industrial caiu para um nível recorde em abril. E os números divulgados em 30 de abril mostraram que o PIB dos EUA contraiu 0,3% em termos anualizados. O déficit comercial aumentou à medida que as empresas correram para acumular estoques de produtos estrangeiros antes da entrada em vigor das tarifas.

Os dados em tempo real permitem que os economistas vejam o que aconteceu desde então.

E o comércio global é minuciosamente monitorado. Os navios partem com semanas de antecedência de sua chegada, transmitindo sua posição para satélites e fornecendo uma lista do que eles contêm.

Alguns indicadores de alta frequência sugerem um impacto limitado da guerra comercial até o momento. Na semana que terminou em 25 de abril, dez navios porta-contêineres, transportando 555 mil toneladas de mercadorias, chegaram aos portos de Los Angeles e Long Beach - os portões de entrada preferidos dos EUA para mercadorias da China.

Esse número é praticamente o mesmo de um ano atrás.

Mas a navegação entre a China e a costa oeste dos EUA leva de duas semanas a 40 dias. Muitos navios que chegam agora partiram antes do início das tarifas.

Outras leituras parecem mais assustadoras. As

reservas para novas viagens entre a China e os Estados Unidos caíram 45% em relação ao ano anterior na semana que começou em 14 de abril, de acordo com a Vizion, uma empresa de dados.

O número de viagens em branco, quando um navio pula um porto ou uma transportadora opera menos navios em uma rota para equilibrar o serviço, aumentou para 40% de todas as viagens programadas.

O custo da navegação entre Xangai e Los Angeles caiu em cerca de US\$ 1 mil por contêiner no último mês, de acordo com a Freightos, uma empresa de logística, já que as empresas passaram a evitar as tarifas. O preço do transporte de mercadorias do Vietnã para os Estados Unidos aumentou em um valor semelhante, o que sugere que os importadores têm procurado fornecedores alternativos.

DANOS. Os choques comerciais demoram para se propagar pela economia, o que significa que a extensão total dos danos ainda pode demorar um pouco.

As empresas podem contar com seus estoques por um tempo, por exemplo; a demanda por armazéns alfandegados, que permitem que as empresas armazenem mercadorias perto dos portos e paguem à alfândega somente quando elas forem liberadas, aumentou.

Muitas empresas também estão optando por não aumentar os preços porque estão vinculadas a contratos pré-existentes ou querem preservar o relacionamento com os clientes, caso Trump mude de ideia.

E uma pausa de 90 dias nas tarifas a outros países asiáticos dará aos importadores a chance de reorganizar a produção.

A Apple planeja adquirir mais iPhones para o mercado americano na Índia, por exemplo.

No entanto, a flexibilidade das cadeias de suprimentos tem limites. Estudos sobre as tarifas muito mais modestas impostas durante o primeiro mandato de Trump mostram que elas acabaram sendo repassadas integralmente aos consumidores americanos.

Demorou cerca de um ano para as empresas encontrarem fornecedores alternativos.

No curto prazo, a incerteza criada pelas políticas de Trump pegou muitas empresas de transporte marítimo desprevenidas, diz Peter Sand, da Xeneta, uma consultoria de logística, mesmo depois de uma década de problemas causados pela pandemia, um bloqueio do Canal de Suez e ataques Houthi no Mar Vermelho.

Em uma reunião em 24 de abril, o chefe do Porto de Los Angeles alertou que as concessões temporárias são muito breves para que muitas empresas readequem suas compras.

Isso afetará a economia, mesmo que os EUA cancelem suas medidas mais punitivas. Os navios que não partiram a tempo chegarão com atraso, ou nem chegarão. Os estoques serão reduzidos.

Muitas empresas terão congelado seus planos de investimento e contratação, que podem demorar a ser retomados.

**CUSTO POLÍTICO.** Esses custos econômicos poderiam levar a um rápido acerto de contas político?

Comerciantes que esperam que isso aconteça podem se decepcionar. Um artigo recente de David Autor, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e seus colegas constatou que a maioria dos lugares prejudicados pelas tarifas impostas por Trump durante seu primeiro mandato se tornaram republicanos desde então.

Os autores especulam que os eleitores podem ter pensado que era importante "confrontar" a China. Os EUA ainda não estão sofrendo com uma tempestade comercial autoinfligida.

Mas a previsão para o transporte marítimo não é boa. |

© 2025 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED.

DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM [WWW.ECONOMIST.COM](http://WWW.ECONOMIST.COM)

**Site:** [digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo](http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo)

# A prudência do Banco Central (Editorial)

Por unanimidade, o Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros em 0,50 ponto porcentual, para 14,75% ao ano, maior nível desde 2006, e deixou em aberto os passos a seguir nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Foi uma decisão prudente em um momento de tantas incertezas no mundo e no Brasil.

A maioria do mercado financeiro já esperava esse aumento. Na reunião de março, quando a Selic subiu 1 ponto porcentual, o BC sinalizou que reduziria a magnitude do aumento dos juros. Apesar de sinais incipientes de desaceleração econômica, o Copom ponderou que a **inflação** e seus núcleos permanecessem acima da meta e que o mercado de trabalho continuava aquecido.

No **comunicado** divulgado após a reunião desta semana, a principal mudança se deu no balanço de riscos. Desde setembro, o BC avaliava que houvesse mais chances de alta do que de queda da **inflação**. Agora, o cenário passou a ser simétrico, com três fatores para cada lado, o que abre possibilidade, na reunião de junho, tanto para um aumento adicional nos juros de 0,25 ponto porcentual quanto para o anúncio do fim do ciclo de alta.

Além da desaceleração das economias doméstica e global, a instituição mencionou o risco de redução nos preços das commodities como um fator que pode vir a conter a **inflação**. Na outra ponta, permanecem a desancoragem das expectativas por período mais prolongado, a resiliência da **inflação** de serviços e o conjunto de políticas econômicas externas e internas com impacto inflacionário maior que o esperado.

Internamente, pouco mudou. A projeção do Copom para o IPCA deste ano caiu de 5,1% para 4,8%, mas permanece acima do teto da meta, de 4,5%. Para 2026, a previsão foi reduzida de 3,9% para 3,6%, ainda superior ao centro da meta, de 3%. A política fiscal do governo Lula da Silva continua a dificultar o trabalho do BC de trazer a **inflação** à meta, cenário que requer uma política monetária "em patamar significativamente contracionista por período prolongado", segundo o **comunicado**.

Já o cenário externo ficou ainda mais imprevisível, à mercê dos efeitos da agressiva política comercial do presidente dos EUA, Donald Trump. Temerosos dos impactos do tarifaço, empresas e consumidores norte-americanos anteciparam importações, e o déficit comercial bateu recorde de US\$ 140,5 bilhões em

março.

Por lá, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manteve, pela terceira vez consecutiva, os juros inalterados na faixa entre 4,25% e 4,50%. A despeito do encolhimento de 0,3% do **PIB** dos EUA no primeiro trimestre, o presidente do Fed, Jerome Powell, disse que a **inflação** ainda está acima da meta e afirmou não ter pressa na redução das taxas.

Paradoxalmente, a bagunça promovida por Trump trouxe ao menos uma vantagem para o Brasil. A queda do dólar fortaleceu o real, contexto que contribuiu para conter a **inflação**. Assim, o Banco Central brasileiro preferiu a cautela de deixar seus próximos passos em aberto.

Em janeiro e março, o Copom optou por seguir a orientação deixada pelo expresidente Roberto Campos Neto e elevou os juros em 1 ponto porcentual em cada reunião. Desta vez, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, estava livre da sombra do antecessor indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, e o Copom já tinha a maioria dos diretores indicados por Lula da Silva. Felizmente, o BC demonstrou união ao aumentar os juros em 0,50 ponto porcentual.

Coube às centrais sindicais repudiar os "pipoqueiros" do Banco Central. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) rompeu a trégua e disse que a chegada de Galípolo não mudou a visão predominante no BC. Com o "menino de ouro" de Lula à frente do BC, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, demonstrou raro comedimento ao mencionar que a indústria cresceu 1,2% em março "apesar dos juros nas alturas".

Pudera. Diante da crise dos descontos irregulares de aposentadorias e pensões, o governo Lula da Silva tem assuntos mais urgentes com os quais se preocupar, o que ao menos reduz a pressão sobre a política monetária - que, ao que tudo indica, permanecerá restritiva por bastante tempo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Hora de avançar

## Mario Camera Para o Valor de São Paulo

O tarifaço anunciado pelos EUA ampliou incertezas no comércio global e reabriu janelas para exportadores como o Brasil. Com os chineses buscando alternativas para substituir parte do que compravam dos americanos, produtos brasileiros voltaram ao radar, assim como projetos de investimento produtivo e acordos bilaterais de médio prazo.

"Se o Brasil pode ganhar com isso? Pode, mas não é trivial. Pode, se você tiver alguma estrutura de exportação bem consolidada, uma diplomacia econômica eficiente, e um mercado que responda. Mas, ao mesmo tempo, você vai ter mais produto chinês circulando por aí. O Brasil não vai escapar disso", diz Ivío Ribeiro, sócio da BRCG e especialista em economia chinesa.

A busca por um acordo sobre tarifas entre Estados Unidos e China, com negociações previstas para este fim de semana, "é o início de uma dança", afirma Ribeiro. "Esse processo bilateral não será rápido, será cheio de idas e vindas, e não deveríamos esperar uma evolução tão rápida de um acordo bilateral entre China e Estados Unidos", complementa.

Ele avalia que "para o Brasil [o acordo] tem o efeito do ambiente. O ambiente descomprime um pouco, mas ainda é muito volátil, sujeito a idas e vindas, frustrações e euforias, de coisas que não são muito sólidas."

Para Ribeiro, o momento é de observação. É preciso monitorar a evolução do quadro global, a possibilidade de recessão no mundo e os impactos no cenário nacional.

Uma maior previsibilidade nas relações com a China e o aumento da produção respondem, na avaliação de Rafael Perez, economista da Suno Research, por parte do dinamismo atual das exportações brasileiras. "A Argentina vem crescendo, na verdade ela retomou a produção de soja e de milho, e a China vem comprando soja e milho também da Argentina. Os EUA são os concorrentes, mas na atual circunstância eles estão atrás das concorrentes." Segundo ele, "o Brasil é um concorrente mais confiável. O Brasil tem uma relação muito mais pragmática e estável com a China." Essa percepção é compartilhada por Luiz Fernando Figueiredo, presidente do conselho de administração da Jive-Mauá. "Vários produtos do Brasil que tinham concorrência americana com relação à

China não vão ter mais. Então talvez até uma certa majoração de preço. Talvez o Brasil seja o que menos perde" diz Figueiredo. Ainda assim, ele faz uma ressalva sobre os riscos de longo prazo. "É uma situação muito incerta, mas que, sem dúvida, está indo numa direção muito ruim. Vai nos levar a um mundo que vai crescer menos, que vai ser menos produtivo, que vai ter mais **inflação**, que vai gerar menos melhora às pessoas", afirma.

No primeiro trimestre deste ano, a corrente de comércio entre Brasil e China somou US\$ 38,9 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e do Comércio, com exportações brasileiras de US\$ 19,8 bilhões. Embora o saldo ainda seja positivo - US\$ 745 milhões - houve queda de 13,4% nas exportações em relação ao mesmo período de 2024, enquanto as importações saltaram 35%, puxadas por embarcações e plataformas flutuantes.

O salto nas importações também acendeu um alerta para o possível redirecionamento de produtos chineses para o Brasil. "Vão sobrar mais produtos chineses no mundo. Esses produtos vão para algum lugar e vão fazer o preço desses bens nos mercados que não os Estados Unidos caírem", diz Ribeiro.

A falta de competitividade da indústria brasileira é o principal fator de risco para uma possível enxurrada de produtos chineses, segundo Leandro Gilio, do Insper Agro Global. "A indústria brasileira não é muito competitiva e um excesso de produtos tende a afetar o nosso mercado interno."

Apesar da queda parcial nas exportações brasileiras para a China, a tendência de médio prazo ainda aponta para expansão. "Em um primeiro olhar, abre uma certa possibilidade da expansão do nosso mercado. Mas o encarecimento geral de insumos pode apertar a margem dos produtores e isso deve ter um impacto mais para as próximas safras do que para esta de agora."

"O Brasil pode ser uma plataforma de vendas de empresas chinesas para os americanos. A China precisa diversificar suas bases de produção. Então, por que não produzir no Brasil?", diz Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

A convergência entre capital chinês e demanda brasileira por crédito começa a ganhar contornos mais concretos. O agronegócio continua como principal

âncora da pauta de exportações do Brasil para a China - e registra crescimento mesmo em meio ao cenário volátil.

"A China tem excesso de poupança e está com dificuldade de achar investimentos com taxa de retorno para remunerar seu capital. O Brasil tem carência de poupança e precisa de infraestrutura, precisa de investimentos", diz Ribeiro.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188188?>